

MLog S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório
sobre a revisão de informações trimestrais em
30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268EQ-003-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	33
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026	36
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026	44



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2T 2026



Indicadores Relevantes 2T 2026

MLOG CONSOLIDADO



R\$ 38.653

milhares de reais

Receita Líquida



(R\$ 7.862)

milhares de reais

EBITDA



(R\$ 2.572)

milhares de reais

EBITDA Ajustado

COLUMBUS OFFSHORE (ex-ABN)



49,6%

Operacionalidade



3 AHTS

1 OSRV



R\$ 598.541

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA (CNA)



12 EMPURRADORES

20 BALSAS



R\$ 6.619

milhares de reais
AFRMM gerado



143 mil m³

Volume
transportado

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026. A Administração da MLog S.A. ("MLog" ou "Companhia"), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar ("MOPI", Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("CDNC"), Columbus Offshore (empresa de navegação de apoio marítimo offshore, ex-ABN), Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA", empresa de navegação interior) e NSN – Nova Sociedade de Navegação ("Columbus Shipping"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais, todos referentes ao segundo trimestre de 2026, encerrado em 30 de junho de 2026. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.





MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos nossa mensagem abordando o cenário desafiador enfrentado pela controlada Columbus Offshore, operadora do segmento de apoio marítimo offshore, durante a primeira metade do ano. Em que pese os esforços empreendidos, motivos alheios à vontade da Companhia, incluindo os entraves relacionados às peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparo das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em manutenção corretiva durante o primeiro semestre de 2026. Diante desse cenário, em julho de 2026, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão temporária dos contratos de afretamento dessas embarcações pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente. Ficou definido que, ao fim do período de suspensão, os contratos serão restabelecidos e prorrogados pelo prazos correspondentes. Acordou-se, ainda, a possibilidade de redução do período de suspensão, bem como a disponibilização das embarcações para afretamento a terceiros durante esse intervalo.

Quanto ao braço de navegação interior, continuamos a observar resultados consistentes, com a sistemática take or pay embutida em contratos específicos e de valores relevantes, bem como a maior presença no mercado spot, compensando o menor volume transportado. Os investimentos em expansão da frota, financiados com recursos do AFRMM, tiveram avanços significativos. A construção da balsa petroleira, com capacidade de 4.300 m³, encontra-se em fase de finalização, com 98% de obra concluída. Das quatro balsas graneleiras que estavam em construção (as primeiras da frota de transporte a granel da empresa), três foram entregues em julho de 2026, estando a última com 30% do percentual de obra executados.

Mesmo com a performance positiva da operação interior e o recebimento do reembolso de seguros das embarcações inoperantes, os resultados consolidados da Companhia foram pressionados pela inoperância das duas embarcações, em especial no segundo trimestre, resultando no aumento significativo do nosso grau de alavancagem. Com esse cenário, medidas de austeridade visando a preservação de liquidez foram reforçadas. Seguimos em negociação com nossos principais credores para readequar o cronograma de amortização das dívidas, alinhando nossos compromissos financeiros à geração de caixa no curto prazo. Decidimos pelo desinvestimento em ativos não essenciais, efetuando a venda das três balsas graneleiras novas, pelo montante de R\$ 10,8 milhões.

Por fim, cabe ressaltar que os reparos e as substituições de peças do Geonísio Barroso estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes. Quanto ao Yvan Barretto, as intervenções corretivas continuam. A Companhia está envidando seus melhores esforços para recolocar essas embarcações em serviço, tão logo que estiverem aptas a operar, prospectando potenciais demandas no mercado spot.



Navegação

Offshore

A taxa de operacionalidade da frota recuou no 2T26 para 49,6%, -7,1p.p. t/t, em razão da continuidade de inoperância dos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre. As demais embarcações, o AHTS Haroldo Ramos e o OSRV Asgaard Sophia, mantiveram elevada performance, com índice de operacionalidade médio em torno de 99,2% no período. Na comparação anual, a queda é mais acentuada (-31,8p.p) devido ao fato de que as quatro embarcações estavam em operação no 2T25.

A receita líquida totalizou R\$ 21,8 milhões no 2T26, queda de 46,4% a/a e 28,9% abaixo do 1T26. A inoperância dos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre, e o período de docagem especial do OSRV Asgaard Sophia iniciada em maio (com duração de 43 dias) foram os detratores da receita no período.

Cabe ressaltar o recebimento de reembolsos de seguros relacionados às coberturas de 'lucros cessantes' e 'casco e máquinas', no montante R\$ 7,9 milhões no 2T26.

Interior

O volume transportado de graneis líquidos totalizou 143 mil m³ no 2T26, queda de 32,5% na comparação anual e 26,6% abaixo do primeiro trimestre do ano, refletindo a menor demanda por parte de um cliente cativo que tem intensificado a utilização de frota própria (navios) para escoamento de sua produção.

A receita líquida total alcançou R\$ 16,6 milhões no 2T26, queda anual de 9,1%, porém representando um crescimento de 9,4% na comparação trimestral.

Em relação a receita, os seguintes fatores compensaram o impacto da redução do volume de graneis líquidos transportados: i) Ganho oriundo de operações spot, que totalizou R\$1,1 milhão; ii) Sistemática de take or pay estabelecida em contratos específicos e de valores relevantes, no montante de R\$ 1,2 milhão; iii) Maior tarifa média em função do mix de rotas.

Mineração

Ao longo do 2T26, a Companhia seguiu implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento do Projeto MOPI (LI), ainda pré-operacional, que visa uma produção anual de 25 milhões de toneladas de pellet feed com alto teor de ferro (em torno de 68,5%), insumo estratégico para a sustentabilidade da siderurgia mundial.

Contexto Organizacional

CRIAÇÃO DA COLUMBUS SHIPPING E DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCP)

Como parte dos esforços de estruturação das atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a subsidiária integral Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"), companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B, que concentrará os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia elegeu Columbus Shipping ("Columbus Shipping") como o nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023.

Devido a existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada, em 02 de janeiro de 2023, uma SCP-Sociedade em Conta de Participação, com a MLog sendo a sócia ostensiva e a Columbus Shipping como sócia participante. Essa SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus Shipping, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que ainda estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência.

A criação da SCP seguiu a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus Shipping) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Na ausência de norma contábil específica para as Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus Shipping e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em nota explicativa às informações contábeis intermediárias da MLog, como sócia ostensiva, e da Columbus Shipping, como sócia participante.

Vale ressaltar que a Administração da Companhia solicitou algumas anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes. Enquanto não forem emitidas as supracitadas anuências, a controlada NSN possui somente uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos próprios; que, por sua vez, está afretada a Columbus Offshore.



COLUMBUS OFFSHORE

NAVEGAÇÃO **2T**
OFFSHORE (*) 2026

** Columbus Offshore é a nova denominação social da Asgaard Bourbon Navegação.*

Destaques operacionais

A frota da Navegação Offshore é composta por quatro embarcações, sendo 3 AHTS e 1 OSRV, de propriedade do Grupo.

OPERACIONALIDADE

A taxa de operacionalidade da frota recuou no segundo trimestre de 2026 para 49,6%, queda de 7,1p.p. na comparação trimestral, em razão da continuidade de inoperância dos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre. As demais embarcações da operação offshore, o AHTS Haroldo Ramos e o OSRV Asgaard Sophia, mantiveram elevada performance, com índice de operacionalidade médio em torno de 99,2% no período. Na comparação anual, a queda é mais acentuada (-31,8p.p.), devido ao fato de que as quatro embarcações estavam em operação no segundo trimestre de 2025.

No acumulado do ano, a queda da operacionalidade (-36,6p.p.) reflete as intercorrências mecânicas das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram inoperantes durante o primeiro semestre de 2026.

RECEITA LÍQUIDA

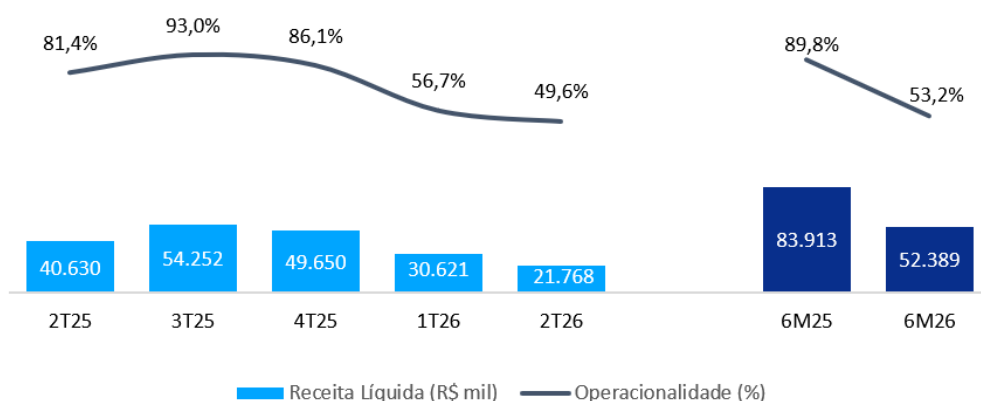
A receita líquida da operação offshore totalizou R\$ 21,8 milhões no segundo trimestre de 2026, queda de 46,4% na comparação anual e 28,9% abaixo do 1T26. Os seguintes fatores foram os detratores de receita no trimestre:

- Das quatro embarcações, duas ficaram fora de operação (AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto), permanecendo em reparo durante todo o trimestre;
- Docagem especial do OSRV Asgaard Sophia iniciada em maio, com duração de 43 dias, retornando à plena operação em 22 de junho de 2026.

No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R\$ 52,4 milhões, queda anual de 37,6%.

Todavia, cabe ressaltar o recebimento de reembolso de lucros cessantes referentes às embarcações que sofreram intercorrências mecânicas, no montante R\$ 9,7 milhões, contabilizadas como outras receitas operacionais, ao longo do primeiro semestre do ano.

Operacionalidade e Receita Líquida



¹ Cálculo da Operacionalidade não leva em conta parada para docagem nem readequação da embarcação para novos contratos.

AHTS GEONISIO BARROSO E YVAN BARRETTO

Em razão das intercorrências mecânicas, os AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto encontravam-se inoperantes desde 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. Apesar dos esforços empreendidos para o restabelecimento operacional dessas embarcações, fatores alheios à vontade da Companhia, incluindo entraves relacionados ao fornecimento de peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparos.

Todavia, cabe ressaltar que os reparos e as substituições de peças do Geonisio Barroso estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes. Em relação ao Yvan Barretto, os reparos seguem em andamento.

BACKLOG ATUAL DE CONTRATOS

O backlog representa o saldo de dias remanescentes dos contratos valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Sua realização, porém, dependente diretamente da performance operacional das embarcações e da variação das taxas de câmbio. Ressalta-se ainda que a totalidade dos contratos da operação offshore foram celebrados com a Petrobras.

É importante informar que, em julho de 2026, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência contratual das embarcação Geonisio Barroso pelo período de 365 dias e, em relação à embarcação Yvan Barretto, pelo período de 240 dias. Todavia, ao término do período de suspensão acordado, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Informações complementares sobre a suspensão estão disponíveis na seção “Eventos Subsequentes” deste relatório.

O backlog da operação de navegação de apoio marítimo offshore era de R\$ 598 milhões, em junho de 2026, com perspectiva de realização dessa carteira em um horizonte de aproximadamente quatro anos, já considerando a postergação da realização dos contratos, por ora, suspensos, mencionados anteriormente.

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato ¹	Término do Contrato Firme ²	Backlog (R\$ 000) ³
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	84.166
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	134.734
Geonisio Barroso ³	AHTS	abr-25	mai-30	189.731
Yvan Barretto ³	AHTS	mai-25	jan-30	189.909
			Total	598.541

¹ O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

² O valor do backlog considera a taxa de câmbio de fechamento em 30 junho de 2026, de R\$5,1766.

³ Embarcações com contratos suspensos temporariamente. Período de suspensão acrescido ao prazo final do instrumento contratual.

DOCAGEM ESPECIAL

OSRV Asgaard Sophia



A Docagem especial é um procedimento obrigatório para Renovação de Classe da embarcação, realizado a cada cinco anos, em conformidade com os requisitos estabelecidos pelas sociedades classificadoras e pela legislação marítima aplicável, garantindo a manutenção das certificações estatutárias e de classe. A docagem visa preservar ainda a integridade estrutural da embarcação, assegurando os padrões de segurança operacional, contribuindo para a otimização do seu desempenho ao longo do ciclo de operação.

Nesse contexto, em maio de 2026, foi iniciada a Docagem Especial do OSRV Asgaard Sophia, com a duração aproximada de quarenta e três dias. Durante esse período, foram executadas inspeções, manutenções, reparos e melhorias, que demandaram investimentos da ordem de R\$ 10 milhões e contemplaram, entre outras, as seguintes atividades:

- Inspeção, limpeza e tratamento do casco da embarcação;
- Revitalização completa da pintura interna e externa, incluindo a aplicação de sistemas de proteção anticorrosiva;
- Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos críticos, incluindo motores principais, propulsores laterais e azimutais, barreiras de *oil recovery* e demais sistemas essenciais à operação;
- Inspeções, testes e manutenção dos sistemas de segurança, combate a incêndio e salvatagem, assegurando plena conformidade com os requisitos regulamentares.

Durante o período de docagem, o contrato da embarcação permaneceu temporariamente suspenso, com a embarcação retornando à plena atividade em 22 de junho de 2026, após realização das inspeções, testes de comissionamento, provas de mar e vistorias de aceitação pelo cliente.



PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (*Remote Operate Vehicle*).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Spill Response Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

- **Empresa Brasileira de Navegação (EBN)** é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir ao menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- **Registro Especial Brasileiro (REB)** é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

Principais tipos de Afretamento

- Afretamento a casco nu (ou **bareboat**): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
- Afretamento por tempo (ou **time charter**): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.





COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

CNA: NAVEGAÇÃO
INTERIOR

2T
2026

Destaques operacionais

A Navegação interior opera com frota de 20 balsas e 12 empurradores (próprios)



Volume Transportado¹

O volume transportado de graneis líquidos totalizou 143 mil m³ no 2T26, queda de 32,5% na comparação anual e 26,6% abaixo do primeiro trimestre do ano, refletindo a menor demanda por parte de um cliente cativo que tem intensificado a utilização de frota própria (navios) para escoamento de sua produção.

Nos primeiros seis meses de 2026, foram transportados 337 mil m³ de graneis líquidos, volume 25,4% inferior ao do mesmo período de 2025, refletindo os fatores mencionados anteriormente, bem como o redimensionamento da frota, tendo operado com o menor número de balsas.

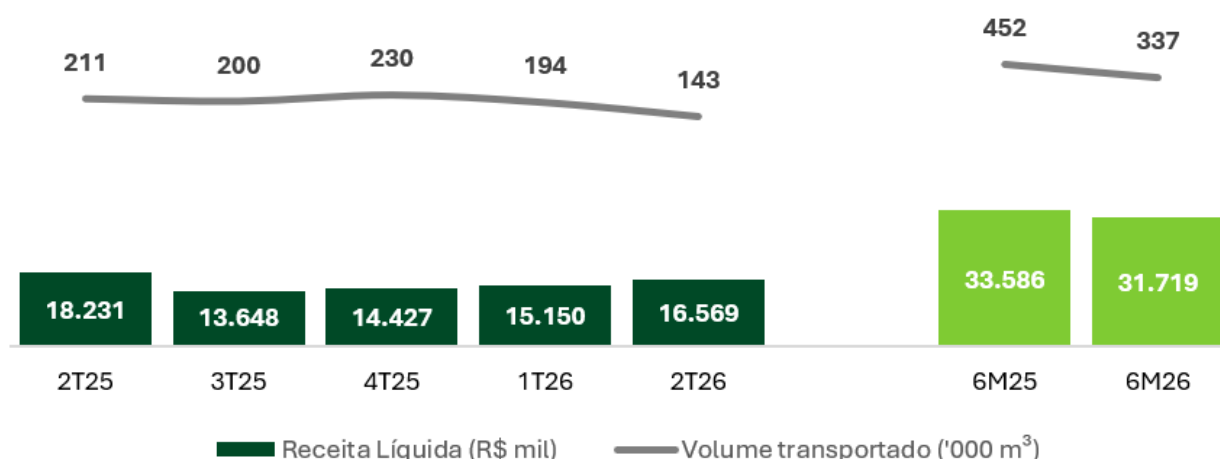
Receita Líquida²

A receita líquida total alcançou R\$ 16,6 milhões no 2T26, queda anual de 9,1%, porém representando um crescimento de 9,4% na comparação trimestral. Os fatores abaixo compensaram o impacto da redução do volume de graneis líquidos transportados no período:

- Receita oriunda de operações spot, bem como afretamento de um equipamento a casco nu, no valor total de R\$1,1 milhão;
- Sistemática de *take or pay* estabelecida em contratos específicos e de valores relevantes, que resultou em uma receita adicional de R\$ 1,2 milhão;
- Maior tarifa média no período em função do mix de rotas.

No primeiro semestre de 2026, foi registrado uma receita líquida de R\$ 31,7 milhões, uma redução anual de 5,6%. Vale ressaltar que a receita do mesmo período do anterior incluía a atividade de bunkering, que gerou um faturamento de R\$ 1,9 milhão, no período. Excluindo a receita dessa atividade, encerrada em 2025, a receita total da CNA teria sido flat no período.

Volume Transportado e Receita Líquida



¹ Graneis líquidos transportados: Petróleo & derivados, bem como biocombustíveis.

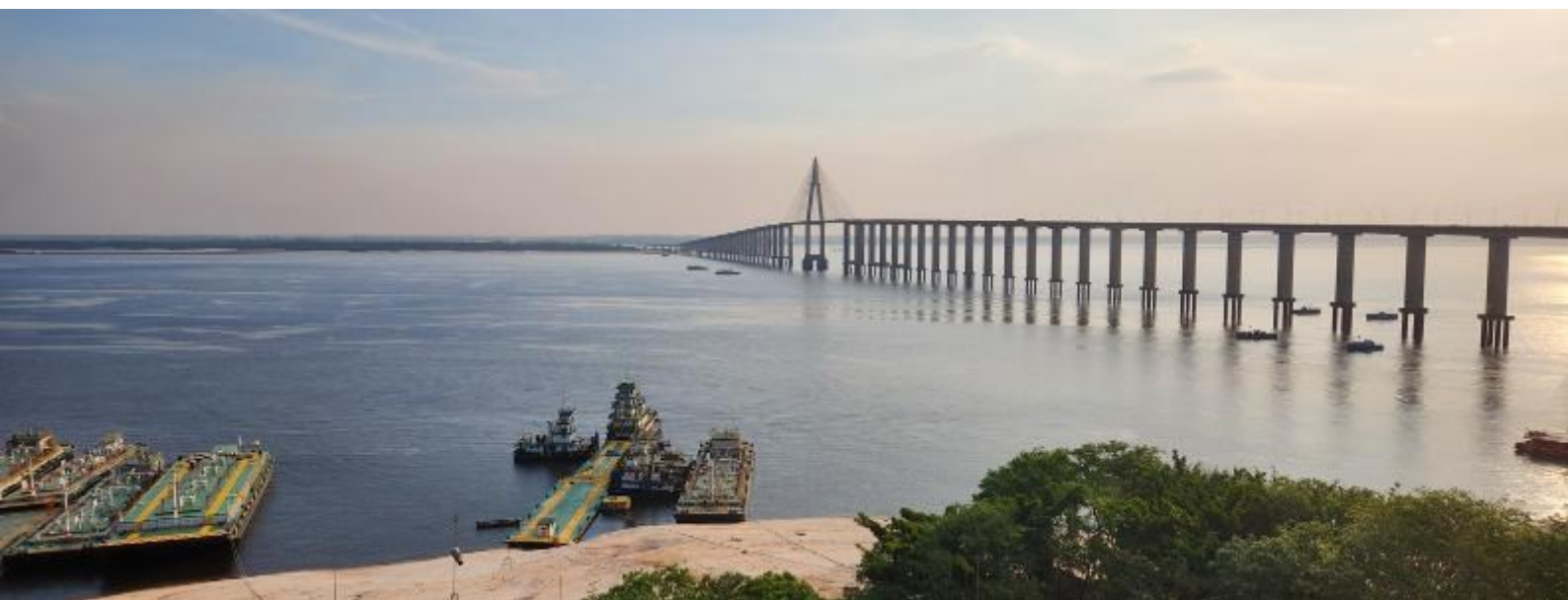
² Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”). O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, regulamentado pela Lei nº 10.893/2004, com alterações posteriores, inclusive pelas Leis nº 12.599/2012, nº 13.478/2017, nº 14.301/2022 (BR do Mar) e 14.789/2023.

O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo, que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”). As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil, com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.



Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo de navegação que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Os procedimentos para utilização dos recursos para os itens (i), (ii), (iv) e (vi) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. Vale ressaltar que o item (vi) foi recentemente regulamentado, representando assim um novo canal de possibilidade de utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM. A CNA protocolou o pedido de reembolso do seguro casco & máquina e, atualmente, segue em tratativas junto ao órgão competente. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM—CPC 07 (IAS 20)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio de 150 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.



Navegação

(Offshore + Interior)¹

Navegação	2T26	2T25	Δ a/a	1T26	Δ t/t	1S26	1S25	Δ a/a
Receita Líquida	38.653	58.860	-34,3%	45.455	-15,0%	84.108	117.498	-28,4%
(-) Custo dos Serviços Prestados sem Depreciação	(41.994)	(38.278)	+9,7%	(41.018)	+2,4%	(83.012)	(76.084)	+9,1%
(-) G&A sem Depreciação	(6.987)	(9.140)	-23,6%	(7.155)	-2,3%	(14.142)	(16.270)	-13,1%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais ²	7.057	20.802	-66,1%	13.420	-47,4%	20.477	26.866	-23,8%
EBITDA¹	(3.271)	32.244	-110,1%	10.702	-130,6%	7.431	52.010	-85,7%
Mg. EBITDA	-8,5%	54,8%	-63,2p.p.	23,5%	-32,0p.p.	8,8%	44,3%	-35,4p.p.
(+) Novo AFRMM Gerado	6.619	6.960	-4,9%	6.457	+2,5%	13.076	13.911	-6,0%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.465)	(4.648)	-3,9%	(4.924)	-9,3%	(9.389)	(9.789)	-4,1%
(+/-) Não Recorrente	1.674	(8.654)	-	(2.877)	-	(1.203)	(9.577)	-87,4%
EBITDA Ajustado¹	557	25.902	-97,8%	9.358	-94,0%	9.915	46.555	-78,7%
Mg. EBITDA Ajustada ¹	1,4%	44,0%	-42,6p.p.	20,6%	-19,1p.p.	11,8%	39,6%	-27,8p.p.

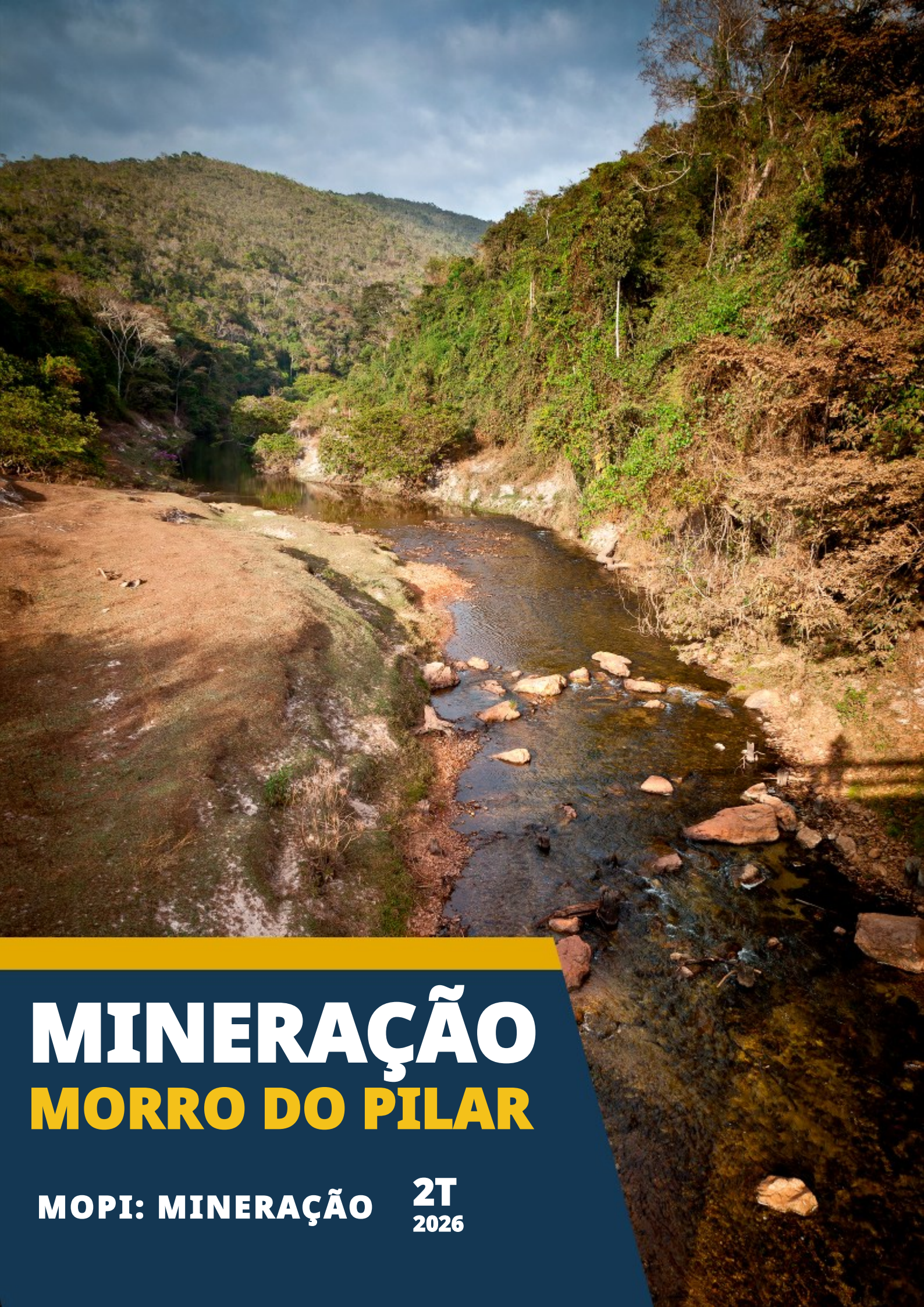
¹ Informações pró-forma que considera parte dos ativos e passivos de navegação da Controladora, bem como das investidas Columbus Shipping, CNA e Columbus Offshore (ex-ABN).

O EBITDA ajustado do segmento de navegação alcançou R\$ 0,6 milhão no segundo trimestre de 2026, correspondendo a uma margem estreita de 1,4%.

Os principais detratores da margem EBITDA no 2T26 foram: i. Inoperância das duas embarcações da operação offshore (AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto) durante todo o trimestre que, além de ter impactado negativamente a receita do período, ainda gerou custos e despesas extraordinárias; e, ii. Docagem especial do OSRV Asgaard Sophia pelo período de 43 dias no período.

Por outro lado, contribuíram positivamente o mecanismo de *take or pay*, que representa receita sem a incorrência de custos diretos, no valor de R\$ 1,2 milhão, o reembolso com seguros por lucros cessantes, no montante de R\$ 4,3 milhões; e, tributos a recuperar no valor de R\$1,1 milhão.

Vale ressaltar que o EBITDA ajustado do 2T25 foi impulsionado pela contabilização da receita decorrente da multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de bunkering por parte do cliente, no valor de R\$7,5 milhões.



MINERAÇÃO **MORRO DO PILAR**

MOPI: MINERAÇÃO **2T**
2026

Destaques do Projeto

O Projeto Morro do Pilar (MOPI), em fase pré-operacional, visa uma produção anual de 25 milhões de toneladas de pellet feed com alto teor de ferro (em torno de 68,5%), matéria-prima essencial para a produção do aço verde.

Localizado em uma região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km².



Testemunho

O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresentava o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem e empilhamento da totalidade de dos rejeitos, eliminando a utilização de barragens, além do faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).



Projeto Direct Shipping Ore - DSO- Fase 1 do Projeto Morro do Pilar)

A 1ª fase do Projeto MOPI, denominada DSO (*Direct Shipping Ore*), foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Essa fase consiste no processamento simplificado de 20 milhões de toneladas de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além desses recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.

Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto MOPI)**Licenciamento Ambiental**

Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

Volume de produção

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63,1% de Fe.

Logística

A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário.

Investimento (Capex)

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de US\$50 milhões.

Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO ₂	% Al ₂ O ₃	% LoI
Total DSO	20.7	63.1	6.33	2.04	1.08

Pellet feed - 25 Mtpa (Fase 2 do Projeto Morro do Pilar)

A segunda etapa do projeto prevê o processamento e tratamento de ROM para a produção de 25 milhões de toneladas por ano de concentrado de alto teor (pellet feed), com aproximadamente 68,5% de ferro.

Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar

Frente às mudanças promovidas pelo Governo Federal no marco regulatório das ferrovias, a MOPI identificou alternativas logísticas para o escoamento do minério de ferro da segunda etapa de seu empreendimento. No biênio 2022 e 2023, foram assinados contratos de adesão para a construção de dois trechos ferroviários, com prazo de vigência de noventa e nove anos, sendo que um deles prevê a conexão da MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em um percurso de aproximadamente 100 km entre os municípios mineiros de Morro do Pilar e Nova Era.

Outros *players* relevantes também requisitaram autorizações para construção de novos trechos que poderão ser utilizados como alternativas de escoamento da produção da MOPI. Nesse contexto, a mineradora Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, localizada na região limítrofe à área do projeto MOPI.



Investimentos Realizados

O Projeto Morro do Pilar contou com investimentos na ordem dos US\$ 800MM desde o seu início, sendo uma parte relevante desses investimentos realizada quando o ativo estava sob gestão de seu controlador fundador, a Manabi.

Destaca-se que todo o investimento realizado teve como fonte o capital próprio (equity) da Companhia, estando o ativo desvinculado de dívidas contraídas com terceiros.

Composição do investimento:

- Direitos Minerários (US\$ 400 milhões);
- Engenharia, estudos ambientais e estrutura administrativa (US\$ 200 milhões);
- Geologia (US\$ 150 milhões);
- Aquisição do terreno para construção do Porto em Linhares (ES), engenharia e licenciamento (US\$ 50 milhões).

O processo de licenciamento ambiental tem avançado, com otimizações no projeto visando aumento da segurança operacional, que agora inclui a filtragem e empilhamento da totalidade de seus rejeitos, eliminando a utilização de barragens.

A Companhia segue implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento de instalação do Projeto MOPI, mantendo ainda o estreito acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão da licença de instalação.



Performance 2T 2026



Resultado 2T 2026 (03 meses)	Navegação ¹	Mineração ¹	Consolidado
Receita Líquida	38.653	-	38.653
(-) Custo dos Serviços Prestados sem Depreciação	(41.994)	-	(41.994)
(-) Despesas Operacionais sem Depreciação	(6.987)	(3.129)	(10.116)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais ³	7.057	(1.462)	5.595
EBITDA²	(3.271)	(4.591)	(7.862)
(+) Novo AFRMM Gerado	6.619	-	6.619
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.465)	-	(4.465)
(+/-) Não Recorrente	1.674	1.462	3.136
EBITDA Ajustado²	557	(3.129)	(2.572)
Depreciação/Amortização			(15.895)
(-) Novo AFRMM Gerado			(6.619)
Receitas Financeiras			23
Despesas Financeiras			(16.994)
Variação Cambial			47
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			4.465
(+/-) Não Recorrente			(3.136)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(594)
Resultado Líquido			(41.275)

¹ Informações Pro-forma: Atividade de navegação considera parte dos ativos e passivos da Controladora, bem como os das investidas Columbus Shipping, CNA e Columbus Offshore (ex-ABN). Enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC.

² Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.



Resultados Consolidados

MLog Consolidado	2T26	2T25	Δ a/a	1T26	Δ t/t	1S26	1S25	Δ a/a
Receita Líquida	38.653	58.860	-34,3%	45.455	-15,0%	84.108	117.498	-28,4%
(-) Custo dos Serviços Prestados sem Depreciação	(41.994)	(38.278)	+9,7%	(41.018)	+2,4%	(83.012)	(76.084)	+9,1%
(-) Despesas Operacionais sem Depreciação	(10.116)	(11.628)	-13,0%	(9.326)	+8,5%	(19.442)	(21.331)	-8,9%
(+/-) Outras Receitas (Desp.) Operacionais ²	5.595	20.537	-72,8%	10.268	-45,5%	15.863	25.939	-38,8%
EBITDA¹	(7.862)	29.491	-126,7%	5.379	-246,2%	(2.483)	46.022	-105,4%
Margem EBITDA	-20,3%	50,1%	-70,4p.p.	11,8%	-32,2p.p.	-3,0%	39,2%	-42,1p.p.
(+) Novo AFRMM Gerado	6.619	6.960	-4,9%	6.457	+2,5%	13.076	13.911	-6,0%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.465)	(4.648)	-3,9%	(4.924)	-9,3%	(9.389)	(9.789)	-4,1%
(+/-) Não Recorrente	3.136	(8.389)	-	275	+1.040,4%	3.411	(8.650)	-139,4%
EBITDA Ajustado¹	(2.572)	23.414	-111,0%	7.187	-135,8%	4.615	41.494	-88,9%
Margem EBITDA Ajustada	-6,7%	39,8%	46,4p.p.	15,8%	-22,5p.p.	+5,5%	35,3%	-29,8p.p.
Depreciação/Amortização	(15.895)	(10.495)	+51,5%	(12.636)	+25,8%	(28.531)	(22.548)	+26,5%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.619)	(6.960)	-4,9%	(6.457)	+2,5%	(13.076)	(13.911)	-6,0%
Receitas Financeiras	23	(5.331)	-	299	-92,3%	322	2.167	-85,1%
Despesas Financeiras	(16.994)	(7.025)	+141,9%	(14.793)	+14,9%	(31.787)	(29.235)	+8,7%
Variação Cambial	47	(1.394)	-	402	-88,3%	449	(106)	-
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	4.465	4.648	-3,9%	4.924	-9,3%	9.389	9.789	-4,1%
(+/-) Não Recorrente	(3.136)	8.389	-137,4%	(275)	+1040,4%	(3.411)	8.650	-139,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(594)	(4.189)	-85,8%	(972)	-38,9%	(1.566)	(4.656)	-66,4%
Resultado Líquido	(41.275)	1.057	-4.004,9%	(22.321)	+84,9%	(63.596)	(8.356)	+661,1%

¹ Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

² Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" no 2T26 corresponde a receita do reembolso por lucros cessantes das embarcações em reparo, no valor de R\$ 4,3 milhões, na Columbus Offshore.

Informações contábeis consolidadas



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da MLog totalizou R\$ 38.653 no segundo trimestre de 2026, correspondendo a uma redução de 34,3% na comparação anual e uma queda trimestral de 15,0%. O principal detrator da receita líquida foi o recuo da taxa de operacionalidade da operação de apoio marítimo offshore para 49,6% no 2T26 (versus 81,4% no 2T25 e 56,7% no 1T26), impactada pelo fato de que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto permaneceram em reparo durante todo o trimestre. Ressalta-se ainda a realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia iniciada em maio, com duração de 43 dias.

Nos seis primeiros meses do ano, a receita líquida alcançou R\$ 84.108, 28,4% abaixo do mesmo período de 2025, refletindo, principalmente a performance mais fraca da atividade offshore, que operou com duas embarcações a menos durante a primeira metade do ano versus toda frota operacional (quatro embarcações) em 2025.

EBITDA AJUSTADO

A Companhia apresentou EBITDA ajustado consolidado negativo de R\$ 2.572 no segundo trimestre de 2026, reflexo da inoperância de duas embarcações offshore durante todo o trimestre e da realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia. Todavia, contribuíram positivamente o mecanismo de take or pay, que representa receita sem a incorrência de custos diretos, no valor de R\$ 1,2 milhão, o reembolso com seguros por lucros cessantes, no montante de R\$ 4,3 milhões; e, tributos a recuperar no valor de R\$1,1 milhão.

No acumulado do ano, o EBITDA Ajustado consolidado atingiu R\$ 4.615, refletindo principalmente o impacto positivo do reembolso de seguros, que somou R\$ 9.855.

RESULTADO DO PERÍODO

A MLog apresentou prejuízo líquido consolidado de R\$ 41.275 no segundo trimestre de 2026, prejuízo superior ao verificado no 1T26, que foi de R\$ 22.321, versus um lucro líquido de R\$1.057 no 2T25.

O prejuízo líquido no 2T26 refletiu, principalmente, o resultado operacional mais fraco devido a inoperância das embarcações da atividade offshore, bem como o aumento das despesas financeiras líquidas no período, que atingiu R\$ 16.924 (versus R\$13.750, no 2T25, e R\$14.092, no 1T26). Por outro lado, registrou-se a entrada do reembolso de parte dos lucros cessantes no montante R\$ 4.266 no trimestre.

Vale ressaltar que o resultado observado no 2T25 foi influenciado positivamente por ganhos extraordinários no montante de R\$ 16.200 pela controlada CNA, decorrente da alienação de ativos e do recebimento da multa pela rescisão antecipada do contrato de bunkering por parte do cliente.

Informações contábeis consolidadas



CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia encerrou junho de 2026 com uma posição consolidada em caixa e equivalente de caixa de R\$ 3.308 (versus R\$ 26.095, em março de 2026). Desse montante, R\$ 942 correspondem ao saldo em conta de aplicação vinculada a garantias de empréstimos, contabilizado no ativo não circulante.

Os fatores a seguir explicam o expressivo consumo de caixa no segundo trimestre de 2026:

- Fluxo de caixa operacional negativo no valor de R\$ 5.327, refletindo, principalmente, o *downtime* dos dois AHTS, que resultou na queda da receita e em gastos adicionais com reparos, parcialmente compensando pelo reembolso de seguros no montante de R\$ 7.924 (lucros cessantes e cascos & máquinas);
- Fluxo de caixa de investimento negativo em R\$ 16.614, impactado principalmente pelos desembolsos com a docagem especial do OSRV Asgaard Sophia (R\$10.711);
- As atividades de financiamento registraram entrada líquida de caixa de R\$1.983, sustentada pela captação de R\$ 5.218 no período.

AFRMM

A Companhia encerrou junho de 2026 com R\$ 14.747 referentes ao saldo de depósitos de AFRMM em conta vinculada, comparado ao valor de R\$ 13.830, em março de 2026.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia encerrou junho de 2026 com um total de empréstimos de R\$ 227.262, totalmente em moeda nacional, correspondendo a um aumento de 2,6% comparado a março de 2026. Do montante total, 73,5% estavam contabilizados no curto prazo, versus 48,4% em março de 2026.

Em junho de 2026, parte da dívida foi realocada do longo para o curto prazo em função do processo, ainda em andamento, de renegociação das dívidas.

OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA, classificados como Obrigações por Aquisição de Investimentos, somavam R\$ 46.107 em junho de 2026, praticamente estável em relação a março de 2026.

Vale ressaltar que, com base em pareceres jurídicos, a Companhia está dando baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida dessas obrigações quando superior a cinco anos. Desde então, foi efetivado a baixa de aproximadamente R\$2.810, sendo R\$103 no 2T26. trimestre.

Informações contábeis consolidadas



DÍVIDA LÍQUIDA (ALAVANCAGEM)

R\$ mil	2T26	1T26	Δ t/t	2T25	Δ a/a
Empréstimos & Financiamentos	227.262	221.525	+2,6%	184.538	+23,2%
Passivo Circulante	167.037	107.151	+55,9%	58.510	+185,5%
Passivo Não Circulante	60.225	114.374	-47,3%	126.028	-52,2%
Obrigações na Aquisição de Investimentos	46.107	45.961	+0,3%	47.580	-3,1%
Parte Relacionadas	-	-	-	5.124	-
Dívida Bruta Total	273.369	267.486	+2,2%	237.242	+15,2%
Caixa e Equivalente de caixa	3.308	26.095	-87,3%	20.094	-83,5%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	2.366	22.324	-89,4%	13.236	-82,1%
Aplicações Financeiras Restritas	942	3.771	-75,0%	6.858	-86,3%
Dívida Líquida	270.061	241.391	+11,9%	217.148	+24,4%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (x)	7,42	3,87	+3,5p.p.	2,65	+4,8p.p.

A Companhia encerrou junho de 2026 com endividamento líquido de R\$ 270.061, representando um aumento de 11,9% em relação a março de 2026. Essa variação reflete, principalmente, a utilização de caixa para suportar os gastos com os reparos das duas embarcações em *downtime* e os investimentos na docagem do OSRV Asgaard Sophia.

A reclassificação de parte dos empréstimos do longo para o curto prazo em função da renegociação da dívida, em andamento, explicam o aumento do endividamento de curto prazo.

A alavancagem da Companhia aumentou no período, com o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado alcançando 7,42x em junho de 2026 (+3,5p.p. em relação a março de 2026). A maior pressão no índice reflete o maior endividamento líquido e a redução do EBITDA dos últimos doze meses devido, principalmente, ao *downtime* das duas embarcações.

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia fechou junho de 2026 com um passivo total de R\$ 706.449, sendo 46% no circulante. Entretanto, parte significativa desse montante é referente às Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (no valor de R\$ 212.402), que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam efetivamente obrigação de pagamento. A existência desse valor está relacionada à forma de contabilização de subsídios governamentais, em linha com o CPC 07. Se expurgarmos o valor das subvenções governamentais a apropriar (AFRMM), o total do passivo seria de R\$ 494.047, equivalente a 39,8% do total de ativos e 92,6% do Patrimônio Líquido.

Informações contábeis consolidadas



CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia e suas controladas possuem a intenção e a capacidade de continuar operando no curso normal de seus negócios no futuro previsível, bem como de cumprir suas obrigações financeiras, incluindo as decorrentes de empréstimos e as relacionadas à aquisição de ativos.

O balanço patrimonial consolidado, em 30 de junho de 2026, reflete passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 209.253 (versus R\$ 121.314, em março de 2026). Adicionalmente, no mesmo período, as informações contábeis consolidadas refletem prejuízos acumulados de R\$ 555.170 (versus R\$ 513.895, em março de 2026).

O capital circulante líquido negativo e os prejuízos acumulados da Companhia decorrerem, principalmente, dos compromissos financeiros relacionados à aquisição da CNA, dos expressivos desembolsos com docagens das embarcações realizados no período de 2023 a 2026 e da condição pré-operacional dos ativos de mineração. Esses desembolsos foram suportados por meio da geração de caixa das operações e da contratação de empréstimos.

Durante o segundo trimestre de 2026, a pressão sobre a liquidez da Companhia foi intensificada tanto pela continuidade dos gastos com reparo e manutenção das embarcações offshore Geonísio Barroso e Yvan Barretto, quanto pela realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia. Importa destacar que tais ocorrências possuem caráter não recorrente e vêm sendo gradualmente tratadas pela Companhia.

Ressalta-se ainda que a controlada Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão temporária da vigência dos contratos das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente, com o comprometimento de reestabelecimento automático da vigência e da execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Informações complementares sobre a suspensão temporária dos contratos estão disponíveis na seção “Eventos Subsequentes” deste relatório.

A Companhia tem avançado na renegociação das condições de determinados empréstimos e financiamentos com o objetivo de adequar o perfil do serviço de seus compromissos de caráter financeiro ao fluxo de caixa gerado pela operação. Em paralelo, vem implementando iniciativas destinadas ao fortalecimento de sua posição de liquidez. Tais iniciativas incluem, mas não se limitam, à otimização da geração de caixa proveniente das atividades de navegação, a conversão de créditos de AFRMM em caixa livre, a alienação de ativos não essenciais e a avaliação de alternativas para captação de recursos adicionais. A Administração acredita que essas iniciativas contribuirão para a manutenção da capacidade financeira da Companhia e para a continuidade de suas operações.

Informações contábeis consolidadas



CONTINUIDADE OPERACIONAL (CONTINUAÇÃO)

Em relação aos passivos financeiros, a Administração destaca que as obrigações atualmente exigíveis vêm sendo regularmente amortizadas ou têm sua exigibilidade temporariamente suspensa em razão dos acordos celebrados com credores. Para suportar as demais obrigações de curto prazo, além das iniciativas acima citadas e da utilização de recursos gerados por suas operações correntes, a Companhia conta com os recursos provenientes das indenizações previstas em suas apólices de seguros. Com a esperada disponibilidade para operação no curto prazo da embarcação Geonísio Barroso, a Administração da Companhia está prospectando potenciais oportunidades de contratação no mercado spot para esta embarcação, gerando uma fonte adicional de receita, o que contribuirá para o reequilíbrio da situação de liquidez.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico, o qual contempla: (i) a execução do plano de negócios com foco na ampliação da geração de caixa operacional e (ii) a conversão de recursos de AFRMM em caixa livre. Para viabilizar a implementação desse plano, uma série de iniciativas estão em vigor, visando (i) a busca de fontes adicionais de recursos de curto prazo; (ii) desalavancagem da Companhia com melhora de sua estrutura de capital; e (iii) otimização de seus custos e despesas. e (iv) a obtenção de recursos juntos a terceiros mediante a apresentação de garantias reais sem qualquer tipo de ônus.

Nesse contexto, a Administração tem a expectativa de que a Companhia continuará operando e que as medidas em andamento deverão ser suficientes para suportar suas necessidades operacionais, financeiras e de investimentos. Desta forma, a Administração da Companhia permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico.

Apesar dos avanços obtidos nas renegociações, das medidas implementadas pela Administração, bem como as iniciativas vigentes, os eventos e as condições descritos acima indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Caso a Companhia não obtenha êxito na implementação das ações planejadas e, consequentemente, não consiga continuar operando no curso normal de seus negócios, poderão ocorrer impactos relevantes sobre: (i) a realização de seus ativos, incluindo, mas não se limitando, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) a liquidação de passivos financeiros pelos valores atualmente reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Não obstante as incertezas relevantes, a Administração entende que a Companhia dispõe de alternativas para obtenção dos recursos necessários ao cumprimento de suas obrigações e mantém a intenção inequívoca de continuar operando, desenvolvendo seus projetos e executando sua estratégia de negócios no futuro previsível.

Eventos Subsequentes

CAPTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

Em julho de 2026, a controlada CNA contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 10.000 junto a uma instituição financeira, com o propósito de aumentar a disponibilidade de caixa. A garantia utilizada foi o contrato com a Petrobras da embarcação Geonísio Barroso. O contrato prevê a obrigação de apresentação semanal do relatório de manutenção da embarcação.

VENDA DE BALSAS

Em agosto de 2026, a controlada CNA concluiu a venda das três balsas novas pelo montante de R\$ 10.800. O valor contábil líquido desses ativos era de R\$ 12.751, o que resultará em uma perda contábil de R\$ 1.951. Em função da operação de venda, em agosto de 2026, será feito o reconhecimento da receita de subvenção de AFRMM no valor R\$ 12.751, equivalente ao valor de AFRMM previamente aprovado pelo BNDES.

ACORDO PARA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATOS DE AFRETAMENTO

As embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto encontram-se em manutenção corretiva e, em que pese os esforços empreendidos no reestabelecimento operacional das embarcações, motivos alheios à vontade da Companhia, incluindo os entraves relacionados às peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparos superiores aos estimados. Diante desse cenário, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência contratual da embarcação Geonísio Barroso pelo período de 365 dias e, em relação à embarcação Yvan Barretto, pelo período de 240 dias.

Todavia, ao término do período de suspensão acordado entre as partes, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescentando ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão.

Cumpramos ressaltar que ficou estabelecida a possibilidade de revisão do período de suspensão, permitindo o retorno das embarcações à operação em data anterior à inicialmente prevista.

A Companhia reafirma seu compromisso na retomada das embarcações à operação, bem como seu empenho na adoção das medidas necessárias à consecução desse objetivo. Os reparos seguem em curso, com avanços contínuos na implementação das atividades programadas.

É importante ressaltar que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, durante o período de suspensão dos contratos, estão disponíveis para operar com outros clientes. A Companhia envidará seus melhores esforços para colocá-las em serviço, tão logo que estiverem aptas a operar.

A suspensão temporária dos contratos implicará em postergação de receita estimada em aproximadamente R\$ 55.000 e R\$ 36.000, para as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barreto, respectivamente.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa



A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2026, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: André Luiz Pimentel dos Santos, Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda, Luiz Claudio de Souza Alves e Luiz Mauricio da Silveira Portela.

Em 19 de junho de 2026, o Conselho de Administração elegeu Paulo Guilherme Autran Seidel para o exercício dos cargos de Diretor Financeiro, de Diretor de Planejamento Estratégico e de Diretor de Relações com Investidores da MLog. A atual Diretoria é composta ainda por Camila Pinto Barbosa de Oliveira, Diretora Jurídica e de Compliance, eleita em 06 de maio de 2026. O mandato de ambos diretores se encerrará após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possam surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Auditores Independentes



Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026.

A Administração

Relações com Investidores

Paulo Guilherme Autran Seidel

CFO/IR Officer

Contato

ri@mlog.com.br

Telefone: +55 21 3248 4800

www.ir.mlog.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidados

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MLog S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MLog S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as referidas normas de revisão de informações intermediárias, com o objetivo de fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

Pressuposto de continuidade operacional – não suportado devido incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava passivo circulante excedente ao ativo circulante nos montantes de R\$ 134.711 mil (controladora) e R\$ 209.253 mil (consolidado), prejuízo no período nos montantes de R\$ 55.974 mil (controladora) e R\$ 63.596 mil (consolidado), bem como caixa provenientes das atividades operacionais no montante de R\$ 16.369 mil (controladora) e consumo líquido aplicado nas atividades operacionais no montante de R\$ 21.314 (consolidado). Adicionalmente, as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto encontravam-se paralisadas para a realização de manutenções corretivas. O retorno dessas embarcações à operação e recuperação da geração de caixa dependem de eventos futuros que não estão sob o controle exclusivo da Companhia. Em decorrência desse cenário, a Companhia interrompeu pagamentos de determinados empréstimos e financiamentos e vem renegociando com credores financeiros os prazos e condições de suas obrigações. A continuidade operacional da Companhia depende da conclusão dessas negociações, da retomada das operações das embarcações e da implementação das medidas previstas no plano elaborado pela administração. Esses fatos e circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em razão dessas incertezas e da impossibilidade de obter evidência apropriada e suficiente que suportasse a utilização do pressuposto de continuidade operacional, não foi possível concluir sobre a adequação de sua utilização na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Como consequência, não foi possível determinar os eventuais ajustes ou divulgações que poderiam ser necessários e que poderiam afetar de forma relevante e generalizada estas informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, especialmente em relação aos potenciais efeitos desses eventos na realização dos ativos e à liquidação de seus passivos, além das respectivas divulgações.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

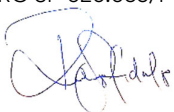
Demonstrações do valor adicionado

Também fomos contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Entretanto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações do valor adicionado.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

MLog S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	134	2.503	2.366	26.875
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	14.747	16.021
Contas a receber de clientes	6	5.940	2.469	11.866	23.399
Dividendos a receber		-	12.435	-	-
Contas a receber de partes relacionadas		380	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.706	2.726	23.354	15.367
AFRMM para liberação	5	-	-	26.298	20.397
Estoques		-	-	336	690
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	115	111	13.944	15.195
Outros impostos a recuperar	7	-	-	2.518	2.212
Seguros a receber		-	-	11.241	-
Despesas antecipadas		72	235	4.623	4.408
Outros créditos		13	5	4.713	2.935
Total do ativo circulante		9.360	20.484	116.006	127.499
Não circulante					
Aplicação vinculada	4	-	-	942	5.477
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	1.083	163	-	-
Bloqueios judiciais		54	54	54	54
Partes relacionadas	13	98.867	83.809	3.547	3.125
Depósitos judiciais		15	15	287	245
Retenções contratuais de clientes		-	-	7.082	5.543
Outros impostos a recuperar	7	-	-	7.943	5.986
Outras contas a receber		-	-	104	1.267
Direitos na Transação Negocial	16	-	-	5	97
Investimentos	8	974.780	972.204	-	-
Imobilizado	9	86.642	97.903	254.005	282.948
Intangível	11	-	3	850.150	848.572
Total do ativo não circulante		1.161.441	1.154.151	1.124.119	1.153.314
Total do ativo		1.170.801	1.174.635	1.240.125	1.280.813

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.
**Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 30 de junho de 2026 e
31 de dezembro de 2025**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	524	666	40.922	38.025
Empréstimo e financiamentos	16	109.037	48.219	167.037	92.267
Salários e encargos sociais		311	270	15.733	13.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher		792	941	3.736	8.294
Outros impostos a recolher		14.687	13.925	49.463	44.147
Tributos diferidos	13	373	369	373	369
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	20	-	9	21.334	20.683
Obrigações na aquisição de investimentos	17	14.518	12.473	14.518	12.473
Acordos judiciais a pagar		1.964	2.808	1.964	2.808
Outras contas a pagar		1.865	252	10.179	9.261
Total do passivo circulante		144.071	79.932	325.259	241.625
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	104	909
Empréstimo e financiamentos	16	36.432	98.708	60.225	131.481
Partes relacionadas	14	286.587	289.765	-	250
Outros impostos a recolher		10.260	8.013	48.154	43.561
Obrigações na transação comercial		577	577	-	-
Adiantamentos diversos		-	-	385	687
Tributos diferidos	13	3.361	3.551	3.361	3.551
Provisão para passivo a descoberto	8	116.619	35.270	-	-
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	212.402	207.997
Obrigações na aquisição de investimentos	17	31.589	33.371	31.589	33.371
Acordos judiciais a pagar		3.384	4.125	3.384	4.125
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	20	3.951	2.798	14.170	8.177
Outros passivos não circulantes		294	381	7.416	7.807
Total do passivo não circulante		493.054	476.559	381.190	441.916
Patrimônio líquido	21				
Capital social		1.109.333	1.109.333	1.109.333	1.109.333
Resultados abrangentes		5.662	5.662	5.662	5.662
Custo na captação de recursos		(36.464)	(36.464)	(36.464)	(36.464)
Transação de capital		38.809	38.809	38.809	38.809
Transações com não controladores		(28.494)	-	(28.494)	-
Prejuízos acumulados		(555.170)	(499.196)	(555.170)	(499.196)
Atribuível à participação dos acionistas controladores		533.676	618.144	533.676	618.144
Participação de não controladores		-	-	-	(20.872)
Total do patrimônio líquido		533.676	618.144	533.676	597.272
Total do passivo e patrimônio líquido		1.170.801	1.174.635	1.240.125	1.280.813

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida de prestação de serviços	21	32.523	23.141	84.108	117.498
Custos dos serviços prestados	21	(13.862)	(14.254)	(111.524)	(98.514)
Resultado bruto		18.661	8.887	(27.416)	18.984
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	22	(1.590)	(2.901)	(11.695)	(13.716)
Despesas com serviços prestados		(1.779)	(985)	(3.666)	(2.244)
Despesas gerais e administrativas		(739)	(635)	(3.495)	(3.636)
Depreciação e amortização		-	(26)	(19)	(118)
Despesas tributárias		(141)	(64)	(586)	(1.735)
Outras receitas (despesas) operacionais				-	-
Equivalência patrimonial de sociedades	8	(50.279)	9.252	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	9.389	9.789
Outras receitas operacionais, líquidas	24	(942)	1.121	6.474	16.150
		(55.470)	5.762	(3.598)	4.490
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(36.809)	14.649	(31.014)	23.474
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	985	3.327	771	4.884
Despesas financeiras	26	(20.336)	(21.858)	(31.787)	(32.058)
		(19.351)	(18.531)	(31.016)	(27.174)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(56.160)	(3.882)	(62.030)	(3.700)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(1.752)	(4.763)
Diferidos		186	107	186	107
Prejuízo do período		(55.974)	(3.775)	(63.596)	(8.356)
Prejuízo do período					
Acionistas controladores				(55.974)	(3.775)
Acionistas não controladores				(7.622)	(4.581)
				(63.596)	(8.356)
Prejuízo por ação básico e diluído – R\$	21	(24,27)	(1,64)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Receita líquida de prestação de serviços	21	16.351	9.338	38.653	58.860
Custos dos serviços prestados	21	(5.059)	(7.126)	(57.885)	(48.714)
Resultado bruto		11.292	2.212	(19.232)	10.146
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	22	(561)	(1.416)	(5.496)	(7.073)
Despesas com serviços prestados		(1.263)	(474)	(2.703)	(1.276)
Despesas gerais e administrativas		(414)	(308)	(2.146)	(1.896)
Depreciação e amortização		-	(13)	(3)	(59)
Despesas tributárias		(58)	(46)	231	(1.383)
Outras receitas (despesas) operacionais		-			
Equivalência patrimonial de sociedades	8	(39.225)	12.418	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	4.465	4.648
Outras receitas operacionais, líquidas	24	(1.046)	342	1.127	15.889
		(42.567)	10.503	(4.525)	8.850
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(31.275)	12.715	(23.757)	18.996
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	523	493	70	813
Despesas financeiras	26	(10.728)	(9.621)	(16.994)	(14.563)
		(10.205)	(9.128)	(16.924)	(13.750)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.480)	3.587	(40.681)	5.246
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(799)	(4.347)
Diferidos		205	158	205	158
Lucro (prejuízo) do período		(41.275)	3.745	(41.275)	1.057
Lucro (prejuízo) do período					
Acionistas controladores				(41.275)	3.745
Acionistas não controladores				-	(2.688)
				(41.275)	1.057
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído	20	(17,90)	1,62		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(55.974)	(3.775)	(63.596)	(3.593)
Resultado abrangente do período	<u>(55.974)</u>	<u>(3.775)</u>	<u>(63.596)</u>	<u>(3.593)</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(55.974)	(3.775)
Acionistas não controladores			<u>(7.622)</u>	<u>(4.581)</u>
			<u>(63.596)</u>	<u>(8.356)</u>

Períodos de três meses findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Prejuízo do período	(41.275)	3.745	(41.275)	1.057
Resultado abrangente do período	<u>(41.275)</u>	<u>3.745</u>	<u>(41.275)</u>	<u>1.057</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(41.275)	3.745
Acionistas não controladores			<u>-</u>	<u>(2.688)</u>
			<u>(41.275)</u>	<u>1.057</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Subscrito	(-) Custo na captação de recursos	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Resultados abrangentes	Transações com não controladores	Controladora	Participações de acionistas não controladores	Consolidado
Nota	21	21	21		21				
Em 31 de dezembro de 2024	1.109.333	(36.464)	38.809	(463.289)	5.662	-	654.051	(12.428)	641.623
Prejuízo do período	-	-	-	(3.775)	-	-	(3.775)	(4.581)	(8.356)
Em 30 de junho de 2025	1.109.333	(36.464)	38.809	(467.064)	5.662	-	650.276	(17.009)	633.267
Em 31 de dezembro de 2025	1.109.333	(36.464)	38.809	(499.196)	5.662	-	618.144	(20.872)	597.272
Prejuízo do período	-	-	-	(55.974)	-	-	(55.974)	(7.622)	(63.596)
Transações com não controladores	-	-	-	-	-	(28.494)	(28.494)	28.494	-
Em 30 de junho de 2026	1.109.333	(36.464)	38.809	(555.170)	5.662	(28.494)	533.676	-	533.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do período		(55.974)	(3.775)	(63.596)	(8.356)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	21	13.862	14.280	28.531	20.672
Amortização de embarcações afretadas	22	-	-	-	1.849
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	-	138
Receita de baixa de embarcações afretadas	9	-	-	-	1.726
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	4.817	1.799
Receita na venda de imobilizado		-	-	(1.917)	-
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(9.389)	(9.789)
Provisão de custo e despesas operacionais		-	-	1.421	(8.087)
Juros passivos	16 e 17	15.400	14.938	21.330	18.762
Juros com partes relacionadas	13	789	1.010	(447)	(244)
Varição cambial	25 e 26	-	106	(449)	(918)
Resultado de equivalência patrimonial	8	50.279	(9.252)	-	-
Remissão de dívida	17	(213)	(391)	(213)	(391)
Tributos e contribuições diferidos		(186)	(107)	(186)	(107)
Variações nos ativos e passivos		24.383	16.809	(20.098)	17.054
Outras contas a receber		-	-	(99)	(16)
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar		(4)	(3)	(1.090)	3.145
Retenções contratuais		-	-	(1.539)	-
Estoques		-	-	354	(35)
Despesas antecipadas		163	150	1.047	(196)
Outros créditos		(6)	-	(1.779)	(484)
Contas a receber de clientes		(3.471)	5.536	4.591	(13.049)
Adiantamentos à fornecedores		17	9	(7.990)	1.153
Seguros a receber		-	-	(11.241)	-
AFRMM		-	-	9.243	9.361
Depósitos judiciais		-	-	(42)	39
Contas a receber de partes relacionadas		(380)	15	-	-
Fornecedores		(143)	(292)	5.751	(8.611)
Salário e encargos sociais		41	(7)	874	865
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher		2.863	3.527	6.916	14.343
Acordos judiciais		(1.585)	(1.749)	(1.585)	(1.753)
Outras contas a pagar		1.525	(5.764)	444	1.133
Provisões para contingências trabalhistas e operacionais		1.144	(647)	9.047	1.255
		164	775	12.902	7.150
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos					
		24.121	17.584	(7.196)	24.204
Juros pagos	16	(8.178)	(12.193)	(14.544)	(17.055)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais		15.943	5.391	(21.740)	7.149
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(921)	(2)	-	-
Aquisições de imobilizado	9	(2.597)	(3.045)	(22.401)	(18.575)
Venda de ativo imobilizado		-	-	19.917	4.996
Aquisição de intangível	11 e 29	-	-	(1.794)	(1.851)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(3.518)	(3.047)	(4.278)	(15.430)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(10.917)	(7.656)	(21.545)	(56.260)
Aplicação vinculada		-	-	4.535	(1.089)
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	17	(469)	(4.440)	(469)	(4.440)
Partes relacionadas liquidas		(6.590)	8.582	(230)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	16	3.182	-	19.218	64.699
Arrendamentos pagos	10	-	-	-	(1.219)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos		(14.794)	(3.514)	1.509	1.691
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(2.369)	(1.170)	(24.509)	(6.590)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.503	1.186	26.875	19.826
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		134	16	2.366	13.236

*As transações que não afetam caixa estão demonstradas na Nota Explicativa 25

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas operacionais					
Receita de contrato com cliente	22	35.838	25.500	99.292	139.604
Outras receitas (despesas)	5 e 24	(942)	1.121	6.474	25.939
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(42.782)	(39.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.383)	(1.440)	(6.731)	(5.331)
Valor adicionado bruto		32.513	25.181	56.253	121.144
Depreciação e amortização		(13.862)	(14.280)	(28.531)	(22.519)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		18.651	10.901	27.722	98.625
Valor adicionado recebido em transferência					
Subvenção de AFRMM	5	-	-	9.389	-
Receita financeira	25	985	9.252	771	4.884
Resultado de equivalência patrimonial	8	(50.279)	3.327	-	-
Valor adicionado a distribuir		(30.643)	23.480	37.882	103.509
Distribuição do valor adicionado pessoal					
Remuneração direta		1.019	2.148	22.812	26.619
Benefícios		402	411	18.366	16.403
FGTS		40	51	2.830	2.842
		1.461	2.610	44.008	45.864
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		3.386	2.599	21.180	29.189
Estaduais		-	-	3.936	3.920
Municipais		9	8	118	276
		3.395	2.607	25.234	33.385
Remuneração de capital de terceiros					
Juros	24	20.336	21.858	31.787	32.058
Aluguéis		139	180	449	558
		20.475	22.038	32.236	32.616
Prejuízo do exercício atribuível					
Acionistas controladores		(55.974)	(3.775)	(55.974)	(3.775)
Acionistas não controladores		-	-	(7.622)	(4.581)
Valor adicionado distribuído		(30.643)	23.480	37.882	103.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia” ou “MLog”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN” ou “Columbus” ou “Columbus Shipping”) e Columbus Offshore S.A. (“COFF”), anteriormente denominada Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”)

As subsidiárias MOPI e Dutovias, ainda em estágio pré-operacional, fazem parte do projeto de mineração. A subsidiária CDNC, também não operacional, era proprietária de terreno no município de Linhares, no Espírito Santo, que foi alienado em 3 de março de 2026. Por sua vez, a subsidiária Columbus Offshore atua no segmento de navegação, por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria offshore de óleo e gás; ao passo que a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Navegação

A Columbus Offshore é operadora da embarcação OSRV (*Oil Spill Recovery Vessel*) Asgaard Sophia (“Sophia”), construída pela Companhia em 2016, bem como das embarcações tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply Vessel*) Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto. Atualmente, toda a frota da Columbus Offshore opera sob contratos de longo prazo com a Petrobras. Nesse contexto, o AHTS Haroldo Ramos cumpre seu contrato de 48 meses, iniciado em setembro de 2023. A embarcação OSRV Asgaard Sophia, iniciou a execução de seu novo contrato de longo prazo (quatro anos) em dezembro de 2024. E os AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto iniciaram seus novos contratos, também de quatro anos, em abril e maio de 2025, respectivamente.

Em 2022, tendo em vista a impossibilidade de acordo, foi instituído procedimento arbitral sigiloso, instaurado pela Columbus Offshore em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida, em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia e, no momento de emissão destas informações contábeis, há em andamento embargos de declaração contestando a decisão. O valor encontra-se registrado conforme Nota Explicativa nº 19.

Abaixo, segue o demonstrativo das embarcações de apoio marítimo offshore em 30 de junho de 2026:

Embarcações	Arrendador/proprietário	Arrendatário
Asgaard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia - CNA	Columbus Offshore S.A.
Yvan Barretto	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.

A CNA opera no transporte fluvial de granel líquido, incluindo óleo, combustíveis e derivados de petróleo na região Norte do país. Em 30 de junho de 2026, a CNA operava uma frota própria de 12 empurradores e 20 balsas petroleiras.

Mineração

Quanto ao Projeto de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa 18. A Companhia vem realizando esforços para captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada NSN constituíram, em conjunto, uma sociedade em conta de participação (SCP), na qual a MLog é sócia ostensiva com 99,9% de participação e a NSN é sócia participante, com 0,1%. Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2023 (instrumento particular de constituição da Sociedade em Conta de Participação).

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, MLog, no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Columbus Offshore, que correspondem a totalidade de seu capital social.
- 2.868 ações de emissão da CNA, que correspondem a totalidade de seu capital social.
- Três embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barretto, Geoniso Barroso e Haroldo Ramos.
- Dívidas com empréstimos e financiamentos com FDIC e Banco Pine.
- Dívida originada com a aquisição da CNA.
- Dívidas com partes relacionadas.

Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa 2.1.(e). A sócia participante, NSN, aportou caixa no montante de R\$ 5.

O objetivo da SCP é a organização da vertical de navegação (apoio offshore e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e, consequentemente, o resultado gerado por tais operações.

A SCP serve como veículo transitório para reunir todos os bens, direitos e obrigações do segmento de navegação do Grupo MLog, possibilitando demonstrar o desempenho e evolução de forma consolidada, enquanto a MLog não obtém as anuências formais necessárias para que os ativos sejam efetivamente transferidos para a NSN. Após a obtenção de todas as anuências necessárias, a Companhia pretende consolidar a NSN como sua plataforma de ativos de navegação; e, posteriormente, proceder com o encerramento da SCP.

A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações são exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados da SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (NSN) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). Essa proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) nessa controlada; e
- 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN, detentora dos restantes 0,1%. Dessa forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de informação consolidada da Companhia.

A administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes, sem qualquer resposta definitiva até o momento.

Até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN possui apenas uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias evidenciam todos os dados relevantes e estão consistentes com os utilizados pela administração na sua gestão. Além disso, foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 14 de agosto de 2026.

a. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

a. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data-base e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, os saldos, as receitas e as despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas informações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 30/06/2026	Participação 31/12/2025
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Cia de Navegação do Amazônia	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A.	100%	100%
Columbus Offshore S.A.	100%	50%

b. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

c. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

d. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Conforme detalhado na Nota 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos continuam com a Companhia.

Não havendo prática contábil específica previstas nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma política contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP.

Portanto, as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto das operações exclusivas da própria Companhia, eliminando as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação de informações contábeis. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

Informações contábeis da SCP

Balanço Patrimonial
Em milhares de R\$

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber com partes relacionadas	213	-
Contas a receber de clientes	5.940	2.469
Total do ativo circulante	6.158	2.474
Não Circulante		
Partes relacionadas	165.767	160.932
Investimentos	197.268	202.301
Imobilizado	86.540	97.806
Total do ativo não circulante	449.575	461.039
Total do ativo	455.733	463.513
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	109.037	47.067
Outros impostos a recolher	18.392	15.132
Obrigações na aquisição de investimentos	14.519	12.473
Outras contas a pagar	4.029	496
Total do passivo circulante	145.977	75.168
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	36.432	98.708
Partes relacionadas	206.511	228.236
Obrigações na aquisição de investimentos	58.773	33.371
Provisões para passivo a descoberto	31.589	14.283
Total do passivo não circulante	333.305	374.598
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.005	5.005
Prejuízos acumulados	(28.554)	8.742
Total do patrimônio líquido	(23.549)	13.747
Total do passivo e patrimônio líquido	455.733	463.513

Demonstrações do resultado

Em milhares de R\$

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receita líquida de prestação de serviços	32.523	23.141
Custos dos serviços prestados	<u>(13.858)</u>	<u>(14.255)</u>
Resultado bruto	<u>18.665</u>	<u>8.886</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(105)	(100)
Despesas tributárias	(9)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	(37.088)	19.064
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>212</u>	<u>391</u>
	<u>(36.990)</u>	<u>19.351</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(18.325)	28.237
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	2.717
Despesas financeiras	<u>(18.034)</u>	<u>(8.410)</u>
	<u>(18.034)</u>	<u>(5.693)</u>
Lucro (prejuízo) do período	<u>(36.359)</u>	<u>22.544</u>

2.2 *Continuidade operacional*

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, o que implica que a Companhia e suas controladas possuem a intenção e a capacidade de continuar operando no curso normal de seus negócios no futuro previsível, bem como de cumprir suas obrigações financeiras, incluindo as decorrentes de empréstimos e as relacionadas à aquisição de ativos, conforme descritas nas Notas Explicativas 15 e 16, respectivamente.

Os balanços patrimoniais individual e consolidado, em 30 de junho de 2026, refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 134.711 e R\$ 209.253, respectivamente (R\$ 59.448 e R\$ 114.126, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025). Adicionalmente, as informações contábeis individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026 refletem prejuízos acumulados de R\$ 555.170 (R\$ 499.196, em 31 de dezembro de 2025).

O capital circulante líquido negativo e os prejuízos acumulados da Companhia decorrerem, principalmente, dos compromissos financeiros relacionados à aquisição da CNA (obrigações com a aquisição de investimentos), dos expressivos desembolsos com docagens das embarcações realizados no período de 2023 a 2026 e da condição pré-operacional dos ativos de mineração. Esses desembolsos foram suportados por meio da geração de caixa das operações e da contratação de empréstimos.

Durante o segundo trimestre de 2026, a pressão sobre a liquidez da Companhia foi intensificada tanto pela continuidade dos gastos com reparo e manutenção das embarcações offshore Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que sofreram intercorrências mecânicas relevantes e permaneceram inoperantes durante todo o período, quanto pela realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia, procedimento obrigatório para renovação de sua Classe, cuja execução durou quarenta e três dias. Importa destacar que tais ocorrências possuem caráter não recorrente e vêm sendo gradualmente tratadas pela Companhia. A embarcação Asgaard Sophia retomou a plena operação em 22 de junho de 2026. Quanto ao Geonísio Barroso, os reparos e as substituições de peças estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes finais. Em relação ao Yvan Barretto, os reparos seguem em andamento.

Em decorrência do extenso prazo de docagem e da indisponibilidade destas duas embarcações (Geonísio Barroso e Yvan Barretto), a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência de seus respectivos contratos pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente (vide Nota explicativa Nº 29). No âmbito deste acordo, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescentando ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Ficou ainda estabelecida a possibilidade de revisão do período de suspensão, permitindo o retorno das embarcações à operação em data anterior à inicialmente prevista. Vale ainda ressaltar que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, durante o período de suspensão dos contratos, estão liberadas para operar com outros clientes. Nesse contexto, vale destacar que, em momento algum, houve qualquer tipo de penalização contratual.

Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia tem avançado na renegociação das condições de determinados empréstimos e financiamentos com o objetivo de adequar o perfil do serviço de seus compromissos de caráter financeiro ao fluxo de caixa gerado pela operação. Em paralelo, vem implementando iniciativas destinadas ao fortalecimento de sua posição de liquidez. Tais iniciativas incluem, mas não se limitam, à otimização da geração de caixa proveniente das atividades de navegação, a conversão de créditos de AFRMM em caixa livre, a alienação de ativos não essenciais e a avaliação de alternativas para captação de recursos adicionais. A Administração acredita que essas iniciativas contribuirão para a manutenção da capacidade financeira da Companhia e para a continuidade de suas operações.

Em relação aos passivos financeiros, a Administração destaca que as obrigações atualmente exigíveis vêm sendo regularmente amortizadas ou têm sua exigibilidade temporariamente suspensa em razão dos acordos celebrados com credores. Para suportar as demais obrigações de curto prazo, além das iniciativas acima citadas e da utilização de recursos gerados por suas operações correntes, a Companhia conta com os recursos provenientes das indenizações previstas em suas apólices de seguros (particularmente a de Casco e Máquinas). Com a esperada disponibilidade para operação no curto prazo da embarcação Geonísio Barroso, a Administração da Companhia está prospectando potenciais oportunidades de contratação no mercado spot para esta embarcação, gerando ainda fonte adicional de receita, que será extremamente importante para o reequilíbrio da situação de liquidez.

Quanto ao passivo resultante da aquisição da CNA, uma parcela da dívida ainda não renegociada foi considerada extinta por caducidade, conforme avaliação dos assessores legais da Companhia, com base na legislação civil brasileira, permanecendo passível de cobrança apenas por meio de ação judicial. Com base nesse entendimento, a Companhia baixou parte desse passivo, no montante de R\$ 2.114, reconhecendo o respectivo ganho de R\$ 213 no resultado do segundo trimestres de 2026 (Notas Explicativas 16 e 28). Ao longo dos próximos períodos, montantes adicionais poderão ser baixados com base na mesma dinâmica, à medida que venham a ser legalmente considerados extintos.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico, o qual contempla: (i) a execução do plano de negócios com foco na ampliação da geração de caixa operacional e (ii) a conversão de recursos de AFRMM em caixa livre. Para viabilizar a implementação desse plano, uma série de iniciativas estão em vigor, visando (i) a busca de fontes adicionais de recursos de curto prazo; (ii) desalavancagem da Companhia com melhora de sua estrutura de capital; e (iii) otimização de seus custos e despesas. e (iv) a obtenção de recursos juntos a terceiros mediante a apresentação de garantias reais sem qualquer tipo de ônus.

Nesse contexto, a Administração tem a expectativa de que a Companhia continuará operando e que as medidas em andamento deverão ser suficientes para suportar suas necessidades operacionais, financeiras e de investimentos. Desta forma, a Administração da Companhia permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico.

Apesar dos avanços obtidos nas renegociações, das medidas implementadas pela Administração, bem como as iniciativas vigentes, os eventos e as condições descritos acima indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Caso a Companhia não obtenha êxito na implementação das ações planejadas e, conseqüentemente, não consiga continuar operando no curso normal de seus negócios, poderão ocorrer impactos relevantes sobre: (i) a realização de seus ativos, incluindo, mas não se limitando, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) a liquidação de passivos financeiros pelos valores atualmente reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Não obstante as incertezas relevantes, a Administração entende que a Companhia dispõe de alternativas para obtenção dos recursos necessários ao cumprimento de suas obrigações e mantém a intenção inequívoca de continuar operando, desenvolvendo seus projetos e executando sua estratégia de negócios no futuro previsível.

3 Práticas contábeis materiais

Novas normas, revisões e interpretações

As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o período iniciado em primeiro de janeiro de 2026 não tiveram impacto nas informações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas informações contábeis de períodos subsequentes.

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado	1º de janeiro de 2027
IFRS 7 e IFRS 9	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Emendas aos IFRS 7 e 9.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são os mesmos adotados no fechamento anual de 31 de dezembro de 2025 e foram divulgados na Nota Explicativa 3 daquelas informações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	11	11	21	15
Aplicação financeira	-	-	61	10.007
Conta-corrente	123	2.492	2.284	16.853
Circulante (*)	134	2.503	2.366	26.875

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 se referem a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha, com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. Nos meses de maio e junho de 2026 o valor em CDB foi utilizado para amortização das parcelas das operações do banco C6.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação vinculada (**)	-	-	942	5.477
Não circulante	-	-	942	5.477

(**) Vinculada às garantias de empréstimos (Nota Explicativa nº 16).

5 Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e regulamentado pela Lei nº 10.893/2004, com alterações posteriores, inclusive pelas Leis nº 12.599/2012, nº 13.478/2017, nº 14.301/2022 (BR do Mar) e 14.789, de 29 de dezembro de 2023.

O AFRMM tem por finalidade custear os encargos decorrentes da intervenção da União no fomento e desenvolvimento da marinha mercante nacional e da indústria naval brasileira, constituindo-se em fonte principal de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), conforme legislação vigente.

A Companhia aufero o percentual de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o valor do frete das operações de navegação interior realizadas por seus clientes, sendo os valores arrecadados vinculados exclusivamente à aplicação em atividades relacionadas à construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações, bem como à amortização de financiamentos destinados à aquisição de tais ativos navais e reembolso de seguros contratados para cobertura de cascos e máquinas das embarcações, nos termos do art. 6º, inciso III, e do art. 19 da Lei nº 10.893/2004.

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente apenas quando há razoável certeza quanto ao cumprimento, por parte da Companhia, das condições a elas vinculadas, e quando há o efetivo recebimento dos respectivos recursos. Até que esses requisitos sejam atendidos, o valor é registrado no ativo e, em contrapartida, em conta específica do passivo não circulante, refletindo a natureza condicional do benefício.

O benefício decorrente do AFRMM é registrado no ativo e no passivo não circulante nos seguintes momentos conforme CPC 07:

- (i) registro da receita de frete com a formalização das operações no Sistema Mercante, sujeitas à análise da Receita Federal do Brasil;
- (ii) liberação dos recursos para a conta vinculada; e
- (iii) utilização dos recursos (saques) para projetos de construção, docagem, reparo e manutenção de embarcações, incluindo reembolsos de valores realizados com recursos próprios da Companhia.

Os montantes registrados no passivo à título de AFRMM são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos ativos financiados ou vinculados ao benefício. As subvenções para investimento não se sujeitam à incidência de tributos e são destinadas à constituição de reserva de lucros, até o limite do lucro líquido do exercício. Ressalte-se que tais valores estarão sujeitos à tributação caso lhes seja conferida destinação diversa daquela prevista na legislação aplicável.

A Administração da Companhia entende que não há riscos associados às subvenções governamentais registradas no passivo, uma vez que o reconhecimento contábil segue rigorosamente as disposições legais e os critérios de razoável certeza quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para o recebimento e utilização dos recursos.

Os quadros abaixo apresentam nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2025	16.021	20.397	-	207.997
AFRMM gerado	-	-	13.076	13.075
Depósitos em conta vinculada	7.175	(7.175)	-	-
Jumborização capitalizada *	(7.727)	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	794	-	-	794
Ressarcimento reparos	(1.259)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(257)	-	-	(75)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(9.389)
Transferência para curto prazo	-	13.076	(13.076)	-
Saldo em 30/06/2026	14.747	26.298	-	212.402

*Ressarcimento para a construção de novas embarcações.

1. **AFRMM para liberação de R\$ 26.298:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.
2. **AFRMM depositado em conta vinculada de R\$ 14.747:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
3. **Subvenções governamentais a apropriar AFRMM de R\$ 212.402** R\$ 171.578 corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados. R\$ 40.824 ainda não foram implementadas as condições estabelecidas para o reconhecimento como receita diferida.

	Contas do Ativo			Conta do passivo
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ¹
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215
AFRMM gerado	-	-	13.911	13.858
Depósitos em conta vinculada	15.262	(15.262)	-	-
Jumborização capitalizada	(3.440)			
Rendimentos da conta vinculada	250	-	-	250
Ressarcimento reparos	(5.761)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto de Renda	(140)	-	-	(140)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(9.649)
Outros (segregação e estorno)	-	13.838	(13.911)	-
Saldo em 30/06/2025	12.601	23.003	-	205.534

Ressalta-se que o procedimento contábil adotado está em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis a subvenções e contas vinculadas. Ademais, a Nota Técnica nº 28/2025/CGFOM-DNAF-SNHN-MPOR, emitida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, oferece orientação administrativa específica para o setor, destacando que não há previsão legal para a devolução dos recursos fruídos da conta vinculada, no montante de R\$ 212.412, registrados no passivo não circulante. Esses recursos foram liberados e aplicados no curso ordinário das atividades da controlada CNA, em projetos previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

6 Contas a receber de clientes

Em 30 de junho de 2026, no consolidado, os valores de R\$ 3.238 e R\$ 8.754 (em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5.162 e R\$ 18.363) se referem aos negócios regulares das controladas CNA e COFF, respectivamente. Em 30 de junho de 2026, a controlada Columbus Offshore operava por meio de contratos de longo prazo; ao passo que a CNA operava com contratos de prazos mais curtos. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 5.940 (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 2.469).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	5.940	2.469	11.992	23.525
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126)	(126)
	5.940	2.469	11.866	23.399

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava práticas de apenas negociar com clientes que possuíam capacidade de crédito e garantias suficientes para mitigar o risco de crédito.

Na MLog, 100% da receita é intragrupo e não há histórico de perdas. Na Columbus Offshore, a receita é registrada conforme os boletins de medição dos clientes, om perda histórica de receitas insignificante. Na controlada CNA, o histórico de perda é baixo, sem seguir padrões métricos, tendo ocorrido a última ocorrência em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes, têm o seguinte prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Valores a vencer	5.940	2.469	11.115	23.133
Valores vencidos:				
Até 30 dias	-	-	651	266
De 91 a 180 dias	-	-	100	-
Acima de 360 dias	-	-	126	126
	5.940	2.469	11.992	23.525

Retenções contratuais

IR e CSLL a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	622	348
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	10.845	12.919
CSLL sobre serviços prestados	-	-	2.260	1.703
Créditos			-	
IRPJ e CSLL a recuperar	115	111	217	225
	115	111	13.944	15.195

O saldo de retenções contratuais se refere a um percentual retido pelo cliente para fins de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento por parte da Companhia. Esses valores serão recebidos pela Companhia ao fim de cada contrato mediante comprovações realizadas. Historicamente a totalidade dos valores retidos é recebida.

7 Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

Outros Impostos a recuperar

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	2.121	1.102
INSS sobre serviços prestados	283	996
Outros	114	114
	2.518	2.212
Não circulante		
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	5.108	5.108
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	2.835	878
	7.943	5.986

Os valores registrados no ativo não circulante se referem à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor, quando recebido, deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outros passivos não circulantes”.

8 Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos da controladora no período foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2025	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aquisição de investimento	30/06/2026
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.015	(4.003)	-	-	27.012
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.323	(823)	-	-	750.500
Companhia de Navegação da Amazônia ³	189.866	7.402	-	-	197.268
Saldo do investimento	972.204	2.576	-	-	974.780
Columbus Offshore S.A.. ²	(14.283)	(36.868)	(7.622)	(28.494)	(87.267)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(19.339)	(8.358)	-	-	(27.697)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.648)	(7)	-	-	(1.655)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(35.270)	(45.233)	(7.622)	(28.494)	(116.619)
	936.934	(42.657)	(7.622)	(28.494)	858.161

¹ O reconhecimento deste passivo se deve ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e COFF.

² A diferença entre o valor do resultado da COFF, além da participação de 50% de janeiro e fevereiro (no valor de R\$ 7.622), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* (no valor de R\$ 6.062).

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA é a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 4), e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 7.824).

As informações contábeis das controladas estão resumidas a seguir:

BP - 30/06/2026

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>COFF</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Ativo circulante	530	133	1	72.189	51.859	715
Ativo não circulante	359.068	27.982	-	293.224	388.361	25.392
Total do ativo	359.598	28.115	1	365.413	440.220	26.107
Passivo circulante	1.361	27	1.646	161.617	70.178	23.154
Passivo não circulante	99.165	1.074	8	311.874	248.080	30.652
	100.526	1.101	1.654	473.491	318.258	53.806
Patrimônio líquido	259.072	27.014	(1.653)	(108.078)	121.962	(27.699)
Total do passivo e patrimônio líquido	359.598	28.115	1	365.413	440.220	26.107

DRE - 30/06/2026

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>COFF</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Resultado bruto	-	-	-	(39.137)	12.960	30
Receitas (despesas) operacionais	(434)	(4.086)	(7)	2.249	9.438	(5.567)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(434)	(4.086)	(7)	(36.888)	22.398	(5.537)
Resultado financeiro	(389)	83	-	(21.286)	(5.416)	(2.821)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(823)	(4.003)	(7)	(58.174)	16.982	(8.358)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(1.752)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(823)	(4.003)	(7)	(58.174)	15.230	(8.358)

DFC 30/06/2026

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>COFF</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(156)	(913)	(7)	(18.020)	31.277	(7.032)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(1.793)	18.000	-	(1.305)	(16.583)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	(1.233)	(17.086)	7	16.732	(23.476)	(552)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.182)	1	-	(2.593)	(8.782)	(7.584)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.595	-	-	2.613	10.579	7.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	413	1	-	20	1.797	1

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo período findo em 30 de junho de 2025:

Investimentos	31/12/2024	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	30/06/2025
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.038	(2)	-	31.036
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.663	(2.503)	-	746.160
Companhia de Navegação da Amazônia ³	169.729	23.645	-	193.374
Saldo do investimento	949.430	21.140	-	970.570
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2.023)	(7.306)	-	(9.329)
Columbus Offshore S.A. ²	(5.839)	-	(4.581)	(10.420)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.649)	(1)	-	(1.650)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(9.511)	(7.307)	(4.581)	(21.399)
	939.919	13.833	(4.581)	949.171

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e Columbus Offshore.

² A diferença entre o valor do resultado da COFF, além da participação de 50% no valor de (R\$ 4.581), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 3.418).

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 7, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 784).

As informações contábeis das controladas estão resumidas a seguir:

BP - 31/12/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	COFF	CNA	NSN
Ativo circulante	3.661	133	1	53.818	56.406	8.015
Ativo não circulante	341.890	31.046	-	315.319	354.974	29.797
Total do ativo	345.551	31.179	1	369.137	411.380	37.812
Passivo circulante	1.028	1	1.647	139.690	65.557	17.397
Passivo não circulante	84.627	161	-	279.351	239.092	39.757
	85.655	162	1.647	419.041	304.649	57.154
Patrimônio líquido	259.896	31.017	(1.646)	(49.904)	106.731	(19.342)
Total do passivo e patrimônio líquido	345.551	31.179	1	369.137	411.380	37.812

DRE - 30/06/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	COFF	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	4.433	8.880	25
Receitas (despesas) operacionais	(2.219)	(2)	(1)	(8.397)	23.335	(4.736)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.219)	(2)	(1)	(3.964)	32.215	(4.711)
Resultado financeiro	(284)	-	-	(8.616)	(3.030)	(2.595)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.503)	(2)	(1)	(12.580)	29.185	(7.306)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(4.763)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.503)	(2)	(1)	(12.580)	24.422	(7.306)

DFC 30/06/2025

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>COFF</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(296)	(2)	-	14.161	44.279	(6.633)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(1.851)	-	-	(10.012)	(5.517)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	130	2	-	(5.856)	(33.153)	(672)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.017)	-	-	(1.707)	5.609	(7.305)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.871	-	-	2.152	261	12.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.854	-	-	445	5.870	5.051

Em 6 de fevereiro de 2026, a MLog S.A. celebrou contrato para aquisição da totalidade da participação detida pela Bourbon Offshore Marítima Ltda. na COFF. A Operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que, em 2 de março de 2026, proferiu decisão favorável sem restrições. Transcorrido o prazo de 15 dias sem a interposição de recursos por terceiros ou membro do Tribunal do CADE, a MLog e a Bourbon concluíram os atos de fechamento da Operação em 20 de março de 2026.

9 Imobilizado

Controladora

Custo	31/12/2025	Adição	Transferências	Baixas	30/06/2026
Imobilização em andamento	-	2.592	(2.592)	-	-
Embarcações	203.089	-	2.592	-	205.681
Móveis e utensílios	912	-	-	-	912
Equipamentos de informática	615	5	-	-	620
Equipamentos de comunicação	502	-	-	-	502
Obras de arte	97	-	-	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	-	-	115
	205.330	2.597	-	-	207.927
Depreciação	Taxa				
Embarcações	7%	(105.629)	(13.823)	-	(119.452)
Móveis e utensílios	10%	(909)	-	-	(909)
Equipamentos de informática	20%	(616)	(35)	-	(651)
Equipamentos de comunicação	20%	(158)	-	-	(158)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	(115)
		(107.427)	(13.858)	-	(121.285)
Imobilizado, líquido		97.903	(11.261)	-	86.642

O valor de R\$ 2.592, que estava em imobilizado em andamento, se refere à revisão geral das embarcações Yvan Barretto R\$ 968 e Geonísio Barroso R\$ 1.624 que se encontrava em revisão e docagem.

Custo de aquisição		31/12/2024	Adições	30/06/2025
Imobilização em andamento		7.761	3.045	10.806
Embarcações		187.125	-	187.125
Móveis e utensílios		912	-	912
Equipamentos de informática		615	-	615
Equipamentos de comunicação		152	-	152
Obras de arte		97	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros		115	-	115
		196.777	3.045	199.822
Depreciação acumulada	Taxa			
Embarcações	7%	(72.239)	(14.255)	(86.494)
Móveis e utensílios	10%	(887)	(2)	(889)
Equipamentos de informática	20%	(612)	(1)	(613)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	(115)
		(74.005)	(14.258)	(88.263)
Imobilizado, líquido		122.772	(11.213)	111.559

O valor de R\$ 3.045, informado nas adições de “Imobilização em andamento”, refere-se à embarcação Yvan Barreto que se encontra em docagem.

Consolidado

Custo		31/12/2025	Adições	Transferências	Baixas	30/06/2026
Imobilização em andamento		39.085	10.272	(4.090)	-	45.267
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	828	(21.338)	9.970
Imóveis		1.645	-	40	-	1.685
Edificações		318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos		5.348	33	630	-	6.011
Móveis e utensílios		1.607	29	-	-	1.636
Equipamentos de informática		1.051	27	-	(6)	1.072
Equipamentos de comunicação		1.216	24	-	-	1.240
Embarcações		432.410	10.711	2.592	(2.420)	443.293
Veículos		518	-	-	-	518
Benfeitorias em bens de terceiros		20.057	1.305	-	(1.601)	19.761
		533.832	22.401	-	(25.365)	530.868
Depreciação	Taxa					
Edificações	4%	(166)	(5)	-	-	(171)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.859)	(80)	-	-	(4.939)
Móveis e utensílios	10%	(1.459)	(12)	-	-	(1.471)
Equipamentos de informática	20%	(877)	(38)	-	6	(909)
Equipamentos de comunicação	20%	(840)	(23)	-	-	(863)
Embarcações	5% a 7%	(235.085)	(26.399)	-	2.350	(259.134)
Veículos	20%	(518)	-	-	192	(326)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(7.080)	(1.970)	-	-	(9.050)
		(250.884)	(28.527)	-	2.548	(276.863)
Imobilizado, líquido		282.948	(6.126)	-	(22.817)	254.005

Das adições totais de R\$ 10.272, em “Imobilização em andamento”, o valor de R\$ 2.592 que está na controladora se refere a revisão geral das embarcações, segregado em R\$ 1.624 para o AHTS Geonísio Barroso e R\$ 968 para o AHTS Yvan Barretto, além de R\$ 7.689 na CNA relacionados à modernização da frota em andamento.

Custo de aquisição		31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	30/06/2025
Imobilização em andamento		19.293	8.063	(4.902)	-	22.454
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	-	-	30.480
Imóveis		1.645	-	-	-	1.645
Edificações		318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos		5.482	19	-	(217)	5.284
Móveis e utensílios		1.682	-	-	-	1.682
Equipamentos de informática		1.054	-	-	(3)	1.051
Equipamentos de comunicação		1.003	12	-	(144)	871
Embarcações		442.338	469	4.902	(18.224)	429.485
Veículos		619	-	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros		7.872	10.012	-	-	17.884
		511.883	18.575	-	(18.588)	511.870
Depreciação acumulada	Taxa					
Edificações	4%	(155)	(6)	-	-	(161)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.730)	(134)	-	120	(4.744)
Móveis e utensílios	10%	(1.488)	(15)	-	65	(1.438)
Equipamentos de informática	20%	(868)	(5)	-	3	(870)
Equipamentos de comunicação	20%	(913)	(29)	-	130	(812)
Embarcações	5% a 7%	(207.346)	(19.527)	-	16.498	(210.375)
Veículos	20%	(619)	-	-	-	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	(934)	-	-	(5.193)
		(220.378)	(20.650)	-	16.816	(224.212)
Imobilizado, líquido		291.505	(2.075)	-	(1.772)	287.658

Das adições totais de R\$ 8.063, em “Imobilização em andamento”, R\$ 3.045 refere-se à embarcação Yvan Barreto que se encontra em docagem e R\$ 5.018 na CNA refere-se à modernização da frota em andamento.

Na data-base de 30 de junho de 2026, a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, em conformidade com a abordagem prevista no CPC 01 (IAS 36). A realização da avaliação decorre dos eventos adversos ocorridos no período, que ocasionaram a paralisação das operações para manutenções corretivas ao longo do primeiro semestre e a suspensão temporária de seus respectivos contratos, conforme elucidado na Nota Explicativa 29 (Eventos Subsequentes). O presente teste teve como base o valor justo líquido das despesas de venda, suportado por referências independentes de mercado, e não identificou necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização (impairment). Ressalta-se que os demais ativos do Grupo não estão incluídos no escopo da avaliação, uma vez que não foram identificados indicadores de perda de valor na data-base deste relatório.

Bens em garantia:

- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela obrigação de investimento na aquisição da CNA.

- Imóvel de propriedade da CNA, situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito na matrícula 441 e 442: penhora na execução fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada.

-Conforme Nota explicativa nº 15, as embarcações Gabriela, Angelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502, da controlada CNA, figuram como garantia a empréstimo tomado junto ao Banco do Brasil.

10 Intangível

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, no final do exercício de 2025. Vale ressaltar que até 30 de junho de 2026 não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso dos ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, que não estão sujeitos à amortização, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade, não tendo identificado a necessidade de *impairment* no exercício anterior.

A Companhia considera, para efeito de Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

- 1) A CNA como única UGC, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de graneis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita.
- 2) Na Columbus Offshore, cada embarcação própria é considerada uma UGC (seja da MLog, no caso dos três AHTS, ou da CNA, no caso do OSRV Asgaard Sophia), dado que essas embarcações têm contratos individuais vinculantes que, por si só, geram receita.
- 3) No Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única UGC.

Consolidado

Custo		31/12/2025	Adições	30/06/2026
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		303.606	1.582	305.188
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		850.892	1.582	852.474
Amortização		Taxa		
Sistema de gestão (ERP)		20%	(1.390)	(1.394)
Softwares		20%	(930)	(930)
			(2.320)	(2.324)
			848.572	850.150
Custo		31/12/2024	Adições	30/06/2025
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		299.934	1.334	301.268
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		847.220	1.334	848.554
Amortização		Taxa		
Sistema de gestão (ERP)		20%	(1.345)	(1.367)
Softwares		20%	(930)	(930)
			(2.275)	(2.297)
			844.945	110.257

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, se referem a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.
- (ii) O saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente a expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA.

11 Outros impostos a recolher

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025, os saldos de outros impostos a recolher são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante				
ISS a recolher	-	-	41	956
PIS, COFINS e Contribuição Social retidos	107	85	265	247
PIS a recolher	1.503	1.503	2.912	2.965
COFINS a recolher	7.044	7.043	13.656	14.332
Parcelamento de tributos federais	2.706	1.930	23.478	17.281
Parcelamento de ISS	-	-	34	40
ICMS a recolher	-	-	262	176
INSS Folha	48	-	1.852	1.601
INSS de terceiros	-	-	33	11
Encargos sobre impostos a recolher	3.279	3.364	6.930	6.538
	14.687	13.925	49.463	44.147
Passivo não circulante				
Parcelamento de tributos federais	10.260	8.013	48.072	43.462
Parcelamento de ISS	-	-	82	99
	10.260	8.013	48.154	43.561
	24.947	21.938	97.617	87.708

O parcelamento de tributos federais abrange IRRF, INSS sobre a folha, IOF, PIS, COFINS e Contribuição Social, serão liquidadas em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

O ISS foi parcelado em 84 (oitenta e quatro) prestações.

O aumento do saldo em 30 de junho de 2026, em comparação com 31 de dezembro de 2025, decorre da formalização de novos parcelamentos e do reconhecimento de parcelas cujo vencimento está previsto para períodos posteriores a 12 (doze) meses, refletindo maior volume de passivos classificados como não circulantes.

12 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2026, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 587 milhões (R\$ 582 milhões em 31 de dezembro de 2025), e no consolidado R\$ 1.101 milhões (R\$ 1.078 milhões em 31 de dezembro de 2025), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, em decorrência da ausência de histórico de lucratividade em suas operações e, até o momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.160)	(3.882)	(62.030)	(3.700)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	19.094	1.320	21.090	1.258
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(17.095)	3.146	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(696)	(465)	386	1.705
	1.303	4.001	21.476	2.963
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	795	2.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(389)	(451)	(2.634)	5.435
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(728)	(3.443)	(21.203)	(15.137)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	186	107	(1.566)	(4.656)
Alíquota efetiva	0,3%	2,8%	2,5%	125,8%

- (i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a constituição e/ou reversão de provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências.
- (ii) No consolidado, as diferenças permanentes compreendem, basicamente, o AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2025
	a	a	a	a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.480)	3.587	(40.681)	5.246
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	14.103	(1.220)	13.831	(1.784)
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(13.337)	4.222	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(287)	(202)	249	305
	479	2.800	14.080	(1.479)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	347	1.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(387)	(72)	(912)	1.741
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	185	(2.570)	(14.109)	(6.434)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	277	158	(594)	(4.189)
Alíquota efetiva	0,7%	4,4%	1,5%	79,9%

O imposto de renda diferido passivo refere-se a ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

Abaixo a movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2025	(3.920)	(3.920)
Passivo - Constituição	-	-
Passivo - Realização	186	186
Saldo em 30/06/2026	(3.734)	(3.734)
Passivo circulante	(373)	(373)
Passivo não circulante	(3.361)	(3.361)
Efeito no resultado	186	186

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	(4.367)	(4.367)
Passivo - Constituição	-	-
Passivo - Realização	107	107
Saldo em 30/06/2025	(4.260)	(4.260)
Passivo circulante	533	533
Passivo não circulante	3.727	3.727
Efeito no resultado	107	107

13 Partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas informações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	1.127	987	1.127	987
Maverick Holding S.A. (ii)	2.420	2.118	2.420	2.118
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	95.320	80.704	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	-	20
Total do não circulante ativo	98.867	83.809	3.547	3.125
Passivo				
Não Circulante				
Companhia de Navegação da Amazônia	132.678	141.962	-	-
Columbus Offshore S.A.	102.265	114.423	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	28.082	10.000	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	23.562	23.380	-	-
Fjords Limited (iii)	-	-	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	-	250
Total do passivo não circulante (v)	286.587	289.765	-	250
Total do passivo	286.587	289.765	-	250

- (i) O mútuo entre MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 1.127 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e a Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 2.420 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante.
- (iii) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 03 de agosto de 2022, foi assinado um acordo para resolução do litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, com parcelamento vigente até 2028. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 16.854 até 30 de junho de 2026, restando o saldo de R\$ 5.348 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários atualmente registrado na MOPI, constitui-se um ativo recebível na controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI.
- (iv) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, COFF CDNC e NSN. Na CNA, o valor se refere a Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da Columbus Offshore, refere-se às Notas Promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC, trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 0,1% ao mês, sem vencimento estabelecido. Já com a NSN, trata-se da manutenção administrativa dessa empresa até que ela esteja em ponto operacional como afretadora de ativos,.

Adicionalmente, a Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar a Companhia por esta garantia.

Receitas (despesas) financeiras seis meses

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Patrícia Tendrich Pires Coelho	141	103	142	103
Maverick Holding S.A.	303	102	302	102
Columbus Offshore S.A.A.	(717)	(550)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	3	(1)
Companhia de Navegação da Amazônia	(825)	(846)	-	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	533	281	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(142)	(139)	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	(82)	-	-	-
Fjords Limited	-	39	-	40
	(789)	(1.010)	447	244

Receitas (despesas) financeiras três meses

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Patrícia Tendrich Pires Coelho	72	56	73	56
Maverick Holding S.A.	156	-	155	-
Columbus Offshore S.A.	(356)	(289)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	2	-
Companhia de Navegação da Amazônia	(399)	(426)	-	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	293	141	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(72)	(70)	-	-
Fjords Limited	-	59	-	59
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	(82)	-	-	-
	(388)	(529)	230	115

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 30 de junho de 2026 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2025	-	163	-	-	163
Recursos remetidos *	-	914	6	-	920
Saldos em 31/03/2026	-	1.077	6	-	1.083

*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 30 de junho de 2025 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2024	3.491	75	3	-	3.569
Saldos em 30/06/2025	3.491	75	3	-	3.569

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. Em 30 de junho de 2026, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 403 e R\$ 1.154 (R\$ 304 e R\$ 1.675 respectivamente, em 30 de junho de 2025).

A remuneração global da Administração, para o período de 01 de maio de 2026 a 30 de abril de 2027, em até R\$ 8.800, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, conforme previsão orçamentária.

14 Fornecedores

O saldo consolidado de R\$ 41.026 em 30 de junho de 2026 (R\$ 38.934 em 31 de dezembro de 2025), no passivo circulante e não circulante, refere-se aos fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações, além dos gastos realizados para reparos e substituições de peças das embarcações AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que sofreram intercorrências mecânicas recentemente. O saldo também comporta o custo de fornecedores contratados para as docagens de classe realizadas em 2023 (no AHTS Haroldo Ramos) e em 2024 (nos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto).

15 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2025	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Liquidações	Saldo 30/06/2026	Circulante	Não circulante
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.950	-	-	5.076	(2.372)	(4.583)	54.071	54.071	-
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.950	-	-	5.077	(2.373)	(4.584)	54.070	54.070	-
Banco Pine (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	35.027	3.182	-	4.302	(3.433)	(1.750)	37.328	896	36.432
Total Controladora			146.927	3.182	-	14.455	(8.178)	(10.917)	145.469	109.037	36.432
C6 (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	27.384	4.000	-	2.574	(2.176)	(5.308)	26.474	20.872	5.602
Quatá (vi)	Capital de giro	Pós-Fixada	12.143	12.036	-	1.872	(1.871)	(2.588)	21.592	17.958	3.634
Banco do Brasil (vii)	Capital de giro	Pós-Fixada	19.976	-	-	(29)	(741)	(1.723)	17.483	8.514	8.969
Banco BMG (viii)	Capital de giro	Pós-fixada	17.318	-	-	1.513	(1.578)	(1.009)	16.244	10.656	5.588
Total Consolidado			223.748	19.218	-	20.385	(14.544)	(21.545)	227.262	167.037	60.225

*Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI acrescido de um *spread*.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, em dezembro de 2024, houve a reestruturação da dívida com a acionista Fjords, que integralizou cotas subordinadas do FIDC, através da transferência de Notas Comerciais Escriturais (“Segunda Emissão”) emitidas pela Companhia e integralizadas pela própria Fjords, no montante de R\$ 55.000. Ainda em dezembro de 2024, a Companhia emitiu Notas Comerciais Escriturais (“Primeira Emissão”) no montante de R\$ 55.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIDC.

As Notas Comerciais têm prazo de 48 (quarenta e oito) meses, observada a carência dos 12 (doze) meses iniciais para amortização do principal, período no qual serão pagos somente os juros. A partir do 13º mês, a Companhia passa a amortizar o principal acrescido de juros remuneratórios. O custo desta captação segue em linha com o custo das demais dívidas, sendo composto de CDI acrescido de um *spread*. Existem *covenants* financeiros e não financeiros atrelados a esta captação, sendo os financeiros com medição iniciada em dezembro de 2024 de forma menos abrangente, e de forma mais ampla a partir de junho de 2025. Esta operação tem como garantia recebíveis na embarcação Asgaard Sophia, além de valores depositados em conta garantida.

Vale ressaltar que essa captação teve seu fluxo direcionado (i) à reestruturação da dívida da Companhia com a parte relacionada Fjords (Nota Explicativa nº 14), (ii) a amortização de parte do saldo credor de recebíveis adiantados junto ao Banco Sifra, visando a redução do custo desta dívida e seu alongamento; e (iii) a realização de investimentos necessários na adaptação das embarcações para novos contratos já assinados.

- (ii) Em 21 de julho de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo de longo prazo (46 meses) no valor de R\$ 35.000 junto ao Banco Pine, sendo realizado em duas tranches. A primeira de R\$ 20.000 na assinatura do contrato, e a segunda de R\$ 15.000 após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barretto. Essa captação de recursos teve como propósito aumentar a disponibilidade de caixa. A garantia utilizada foram os recebíveis do contrato com a Petrobras da embarcação Yvan Barretto. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras.

Em 30 de junho de 2026, a MLog, realizou uma captação de giro de R\$ 3.182 com a instituição Banco Pine. A taxa de juros foi pré-fixada. A garantia utilizada foi o contrato da Petrobras da Columbus Offshore, embarcação Yvan Barretto. O pagamento do contrato será finalizado em dezembro/2028

- (iii) Em 28 de outubro de 2024, a NSN, controlada da MLog contraiu um empréstimo junto ao Banco C6, no valor R\$ 30.124 (sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 em empréstimo junto à referida instituição bancária), e, em 28 de fevereiro de 2025, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.178 (sendo R\$ 5.000 em Notas Comerciais e R\$ 5.178 em empréstimo junto à referida instituição bancária) com prazo de duração de 30 (trinta) meses, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais *spread*. Os valores em 31 de dezembro de 2025 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 15.308, e no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.439. Em 06 de março de 2026, a NSN contraiu um novo empréstimo (nota comercial) de longo prazo (19 meses) no valor de R\$ 4.000. Essa captação de recursos teve como propósito aumentar a disponibilidade de caixa. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. Esta captação tem como garantia os recebíveis do contrato com a Petrobras da embarcação Haroldo Ramos, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantia (R\$ 942 em 30 de junho de 2026 conforme Nota Explicativa nº 4.2).

- (iv) Em 15 de abril de 2025, a CNA, controlada da MLog, realizou captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações, sendo uma de R\$ 5.000 e outra de R\$ 10.000, pós-fixadas e utilizando como garantia recebíveis do contrato da Columbus Offshore com a Petrobras pela embarcação Geonísio Barroso. A liquidação total da operação ocorrerá em 30 de abril de 2027.

Em 12 de fevereiro de 2026, a CNA realizou uma nova captação de giro de R\$ 10 milhões com a instituição financeira Quatá. A taxa de juros foi pós-fixada, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais spread. A garantia utilizada foram os recebíveis do contrato da Columbus Offshore com a Petrobras pela embarcação Geonísio Barroso. A liquidação total da operação ocorrerá em 11 de fevereiro de 2028.

Em 12 de fevereiro de 2026, a CNA, controlada da MLog, realizou uma captação de giro de R\$ 2 milhões com a instituição financeira Iorq (antiga Quatá). A taxa de juros foi pós-fixada, CDI. A garantia utilizada foram os recebíveis do contrato da Petrobras da Columbus Offshore, embarcação Geonísio Barroso. As parcelas vencem em 29/06 e 29/07, sendo esta uma operação de curto prazo.

- (v) Em 4 de fevereiro de 2025, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 e, em 11 de agosto de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 11.000, junto à instituição bancária Banco do Brasil. Essas captações de recursos têm como propósito custear novos projetos da controlada. As garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Angelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502. Não existem deveres de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. Parte do crédito (R\$5.000) vence em 12 (doze) meses e o restante (R\$6.000) em 48 (quarenta e oito) meses.
- (vi) Em 16 de maio de 2025, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 e, em 26 de setembro de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.400, junto à instituição financeira BMG. Essa captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da controlada e as garantias utilizadas foram uma fiança concedida pela controlada MLog e a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte fluvial com a Petrobras. Não existem deveres de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O valor de R\$ 9.500 tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses e o valor de R\$ 10.400 tem a duração de 19 (dezenove) meses.

Cláusulas restritivas:

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (“covenants”), conforme indicado nos contratos listados anteriormente. Há cláusulas restritivas com as instituições FIDC e Banco do Brasil, que contêm obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito. Relativamente ao FIDC, existem índices financeiros trimestrais que não foram atendidos e índice financeiro anual que no momento não cabe medição. Adicionalmente, há obrigação de manutenção, pela controlada NSN junto à instituição C6, de valor referente a 23,53% do montante devido em conta garantida do empréstimo e financiamento. No mesmo período, havia cláusulas restritivas de ordem não financeira (índices) não cumpridas.

Em complemento, a Companhia encontra-se em negociação com o FIDC quanto à revisão das condições de determinadas operações de crédito. Considerando que tais negociações não estavam concluídas na data-base das informações financeiras e, consequentemente, não havia definição formal quanto às condições contratuais aplicáveis, a Administração optou por classificar os respectivos saldos integralmente no passivo circulante, em observância aos critérios de classificação previstos nas normas contábeis aplicáveis e visando proporcionar a adequada divulgação da posição patrimonial e financeira da Companhia.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos se dá como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
2026	109.037	48.219	167.037	92.267
2027	933	50.222	16.500	76.197
2028 em diante	35.499	48.486	43.725	55.284
	145.469	146.927	227.262	223.748

Para fins de comparação, a movimentação em 31 de dezembro 2025 está demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)*	Saldo em 31/12/2024	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2025	Circulante	Não circulante
BNDES (i)	Financiamento	Pré-fixada	8.073	-	220	684	(684)	(8.293)	-	-	-
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	55.950	19.284	36.666
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	55.950	19.284	36.666
Banco Pine (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	-	35.000	-	1.998	(1.971)	-	35.027	9.651	25.376
Total Controladora			118.073	35.000	220	28.672	(26.745)	(8.293)	146.927	48.219	98.708
C6 (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	28.847	10.176	-	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	15.109	10.879	-	1.002	(1.483)	(25.507)	-	-	-
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	5.890	5.144	-	-	-	(11.034)	-	-	-
Quatá (vi)	Capital de giro	Pós-Fixada	7.336	15.000	-	1.710	(1.709)	(10.194)	12.143	9.282	2.861
Banco do Brasil (vii)	Capital de giro	Pós-Fixada	822	25.000	-	1.132	(1.097)	(5.881)	19.976	10.067	9.909
Banco BMG (viii)	Capital de giro	Pós-fixada	-	19.900	-	1.048	(1.078)	(2.552)	17.318	9.754	7.564
Banco ABC (ix)	Capital de giro	Pós-Fixada	433	-	-	10	(11)	(432)	-	-	-
Total Consolidado			176.510	121.099	220	39.644	(38.193)	(75.532)	223.748	92.267	131.481

16 Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

À época da referida operação, o Grupo Libra, credor dessas obrigações relativas à aquisição de investimentos e responsável por potenciais passivos da CNA, encontrava-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog integrava seu Plano de Recuperação Judicial aprovado. Nos termos do Plano, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devidas pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento previa cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfizeram aproximadamente 65% do total desses créditos.

Em adição a todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, as mais recentes estão demonstradas abaixo:

- Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Lucio Paulo dos Santos, cujos pagamentos ocorreram em três parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2024. Esse acordo auferiu um ganho de R\$ 3, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais (Nota Explicativa 28).
- Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Gustavo Sanchez Asdourian, cujos pagamentos ocorrerão em oito parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2025. Esse acordo auferiu um ganho de R\$ 6, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais (Nota Explicativa 28).
- Em dezembro de 2024, restava pendente, não reclamado de confissão de dívida por partes terceiras, o valor de R\$ 3.727. A Companhia obteve um parecer junto aos seus assessores legais para a baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida superior a 5 (cinco) anos. As baixas serão graduais até 2027, obedecendo ao cronograma de apuração de AFRMM gerado pela CNA, e decorrem da impossibilidade de cobrança administrativa direta pelos credores, cuja recuperação depende do trânsito em julgado das respectivas ações judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, foi baixado o valor de R\$ 1.801. Em 31 de dezembro de 2025, foi baixado o valor de R\$ 796. Em 30 de junho de 2026, foi baixado R\$ 213 totalizando o valor de R\$ 2.810 em baixas.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2025).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas informações contábeis individuais e consolidadas:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2025	Juros, Multas e Adições	Caducidade da dívida	Liquid ações	Saldo em 30/06/2026	Circulante	Não circulante
Parcela Original	133.817	626	(213)	-	134.230	-	-
Acordo com credor	(87.973)	319	-	(469)	(88.123)	14.518	31.589
	45.844	945	(213)	(469)	46.107	14.518	31.589

Segue para fins comparativos a movimentação no período findo em 30 de junho de 2025:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2024	Juros, Multas e Adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 30/06/2025	Circulante	Não circulante
Parcela original	133.516	501	(391)	-	133.626	-	-
Acordo com credor	(83.807)	2.201	-	(4.440)	(86.046)	12.427	35.153
	49.709	2.702	(391)	(4.440)	47.580	12.427	35.153

17 Processos do contencioso judiciais e administrativos

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas COFF, CNA, MOPI e NSN são partes em processos contenciosos, judiciais e administrativos. Os processos categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhista	-	-	7.067	6.647
Tributária	-	-	1.444	1.443
Ambiental	-	-	15.023	17.520
Cível	3.757	3.649	32.791	32.314
Administrativo	-	-	3.450	5.542
	3.757	3.649	59.775	63.466

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor do Resultado Previsto (R\$) ¹	Chances de perda
10283.721485/2012-45	Autuação administrativa	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus – AM/DRF/AM	Administrativa	3.290	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	15.023	Possível
0032202-20.2008.814.0301	Indenizatória	Odete Cunha Lobato Benchimol e Elias Isaac Benchimol	Cível	19.916	Possível
0101232-49.2024.5.01.0038	Reclamação Trabalhista	J.C.T.	Trabalhista	2.661	Possível
0032808-13.2023.8.06.0001	IDPJ	Caio Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.757	Possível
0833053-19.2023.8.19.0004	Cobrança	Nenel Indústria e Comércio de Serralheria Serviços e Reparos Navais Ltda	Cível	1.707	Possível
0814810-96.2024.8.19.0002	Execução	Estaleiro Mauá	Cível	1.287	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301	Execução Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Tributário	1.318	Possível
0935643-15.2025.8.19.0001	Ação de Cobrança	Flumar Transportes de Químicos e Gases Ltda.	Cível	3.538	Possível

¹ Valores atualizados em 30 de junho de 2026

Processo nº 10283.721485/2012-45: trata-se de auto de infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. CNA interpôs recurso voluntário em 2019. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a MOPI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. MLog e MOPI impugnaram a nomeação do perito, o que aguarda definição do juízo. Importante destacar que o valor da causa atualizado não necessariamente reflete eventual impacto financeiro em caso de perda, uma vez que o valor da causa foi fixado pelo MP para fins fiscais da distribuição.

Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da CNA, em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se os termos da sentença. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Importante destacar que o valor da causa atualizado não necessariamente reflete o eventual impacto financeiro em caso de perda, o qual só será determinado em fase de liquidação, se for o caso.

Processo nº 0101232-49.2024.5.01.0038 (substituto do processo nº 1001213-46.2022.5.02.0301): trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”), que incluiu a COFF e a MLog no polo passivo. O reclamante interpôs recurso em face da decisão que reconheceu a exceção de incompetência territorial do Tribunal Regional do Trabalho do Guarujá - São Paulo, arguida pela Reclamada, e o processo aguarda julgamento. Em sessão de julgamento, realizada em 10.09.2024, foi negado provimento ao recurso do reclamante para manter a decisão de primeiro grau que determinou que a reclamação trabalhista deverá tramitar no Tribunal do Rio de Janeiro. A contestação da MLog e da COFF foi apresentada em 11 de abril de 2025. A pedido da 1ª Ré, BOM, foi realizada perícia médica, em 06 de junho de 2025. Foi designada perícia de engenharia para o dia 10/8/2026. A partir de 6 de fevereiro de 2026, a BOM passou a ser a única responsável pela contingência e eventuais custos futuros relativos a este processo, conforme prevê a cláusula 5.7 do Share Purchase Agreement pelo qual a BOM vendeu a MLog sua participação na COFF.

Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: trata-se de incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 (cinco) empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra acionista indireto. Aguarda-se julgado do agravo de instrumento do autor.

Processo nº 0833053-19.2023.8.19.0004: trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da COFF, referente aos serviços de reparos prestados nas embarcações no ano 2023. Autora requereu substituição processual em função do falecimento do seu sócio. O Juízo requereu da Autora providências para o regular prosseguimento do feito (como recolhimento de custas complementares). Em 23 junho de 2026, foi expedida certidão da expedição da citação postal da COFF.

Processo nº 0814810-96.2024.8.19.0002: trata-se de execução ajuizada em face da COFF, referente aos serviços prestados de docagem e reparos. A COFF apresentou embargos à execução (Proc. nº 0846456-27.2024.8.19.0002) em 06.12.2024. Em 29.09.2025 foi proferida decisão indeferindo o efeito suspensivo aos embargos à execução (“EE”). Autora impugnou os EE e a COFF, por sua vez, apresentou réplica à impugnação. Em 23 junho de 2026, a COFF apresentou manifestação reiterando seu pedido de extinção da execução.

Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: trata-se de execução fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de outubro e dezembro de 1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 04.11.2025, foi publicada sentença favorável a CNA nos autos dos embargos à execução nº 0022063-52.2005.8.14.0301. Foi interposto recurso de apelação pela Fazenda em 20 de janeiro de 2026.

Processo nº 0935643-15.2025.8.19.0001: trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da CNA, por meio da qual a autora alega que houve inadimplemento e descumprimento contratual nos contratos de afretamento. CNA apresentou contestação em 20 de outubro de 2025. A autora apresentou réplica em 09 de abril de 2026.

18 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), em 06 de novembro de 2014, a Companhia deveria satisfazer uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, como requisito para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação (LI). A Companhia concluiu as condicionantes e estudos necessários em 2019 e, em seguida, formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais competentes.

Antes da efetiva concessão da LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações com terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada ao tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto a execução, por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até junho de 2026. A quitação do valor remanescente de R\$32 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI.

Em 08 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto a execução, por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até junho de 2026. A quitação do valor remanescente de R\$ 9 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI.

19 Provisões para contingências trabalhistas e operacionais

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante					
Contingências trabalhistas	(ii)	-	9	-	9
Servidão de passagem	(i)	-	-	1.642	1.642
Provisão para reforma	(iv)	-	-	1.774	1.784
Contingências judiciais	(iii)	-	-	17.918	17.248
		-	9	21.334	20.683
Passivo não circulante					
Provisões operacionais	(vi)	3.951	2.798	10.218	6.884
Contingências trabalhistas	(v)	-	-	3.952	1.293
		3.951	2.798	14.170	8.177
		3.951	2.807	35.504	28.860

Os valores provisionados em 30 de junho de 2026 referem-se a:

- (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes;
- (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 0 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025) registradas na Controladora.
- (iii) provisões judiciais na Columbus Offshore, conforme Nota Explicativa nº 1, no valor de R\$ 17.918 (R\$ 17.216 em 31 de dezembro de 2025) e na CNA de R\$ 15 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025);
- (iv) provisão para recuperação de R\$ 1.774 (R\$ 1.784 em 31 de dezembro de 2025), referente a pagamentos futuros para a reforma da embarcação da CNA;
- (v) R\$ 3.302 (R\$ 833 em 31 de dezembro de 2025) na controlada CNA, R\$ 650 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) na Columbus Offshore, referentes às ações cíveis e trabalhistas nas quais as chances de perda foram categorizadas como “prováveis”; e
- (vi) R\$ 3.951 (R\$ 2.798 em 31 de dezembro de 2025) na Controladora, R\$ 2.044 (R\$ 1.751 em 31 de dezembro de 2025) na controlada Morro do Pilar; R\$ 1.568 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2025) na controlada Columbus Offshore e na controlada NSN de R\$ 2.655 (R\$ 1.291 em 31/12/2025), referentes às provisões operacionais e contingências trabalhistas.

20 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.306.238 ações ordinárias no valor de R\$1.109.333, conforme abaixo detalhado:

Acionistas	30/06/2025 e em 31/12/2025	
	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	945.712	41,01
Fjords Limited	814.969	35,34
Fábrica Holding S.A.	154.072	6,68
Outros	391.485	16,97
	2.306.238	100,00

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, aplicam-se: (i) 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão alocados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (iii) até 75% poderão ser alocados a constituição de reserva de investimentos, para fins de financiamento da expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através de subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos comerciais, conforme aprovados pela Assembleia Geral, com base em propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, não podendo esta reserva exceder 100% (cem por cento) do capital social. Ao atingir tal limite, a Assembleia Geral deliberará distribuir o saldo aos acionistas ou aumentar o capital social da Companhia.

Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação no período findo em junho:

	Período de seis meses	
	30/06/2026	30/06/2025
Resultado atribuído aos detentores das ações	(55.974)	(3.775)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	(24,27)	(1,64)

	Período de três meses	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Resultado atribuído aos detentores das ações	(41.275)	3.745
Ações em circulação	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	(17,90)	1,62

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o lucro (prejuízo) do período não gera efeito diluidor.

Capital a integralizar

Em 7 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding S.A., as quais passaram a ser mantidas em tesouraria pela Companhia. Na ocasião, a Administração foi incumbida de enviar esforços para a alienação dessas ações no prazo de um ano. Caso a alienação não se concretizasse nesse prazo, caberia à Assembleia Geral deliberar sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding S.A. perderia, inclusive, o valor já integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2024, os acionistas aprovaram a caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações mantidas em tesouraria, equivalente a R\$ 166.860, com consequente redução da quantidade de ações e do correspondente valor do capital, aumentando a participação proporcional de todos os acionistas.

Em decorrência da declaração da caducidade das ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada foi considerada definitivamente perdida, uma vez que a totalidade dessas ações foi declarada caduca, nos termos da Lei das S.A. O excedente de R\$ 38.809 foi reclassificado para conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

Custos na captação de recursos

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF) incorridos para fins de captação do capital social foram pagos pela Companhia e contabilizados como custos de captação de recursos no patrimônio líquido.

Resultados abrangentes

O resultado abrangente do exercício é referente às variações patrimoniais ocorridas na Columbus Offshore em decorrência de redução do seu capital social em 2022 no valor de R\$ 5.662.

Transações de capital

Conforme comentado acima, com a declaração de caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente por este acionista foi dada como perdida, sendo o valor correspondente de R\$ 38.809 reclassificado para esta conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2023, os acionistas aprovaram a retomada, pela Companhia, de 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia envidou esforços para realizar a sua venda no prazo de um ano. Como não houve sucesso na venda, estas ações foram declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias subscritas e parcialmente integralizadas, declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de junho de 2023, resultando na redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 166.860.

Aquisição de participação de não controladores

Em 06 de fevereiro de 2026, a Companhia adquiriu a totalidade da participação remanescente de 50% na controlada Columbus Offshore passando a deter 100% do capital social da investida.

A aquisição foi realizada pelo montante de um real, o valor de R\$ 28.494 era atribuível à participação de não controladores.

Nos termos do CPC 36 (R3) (equivalente ao IFRS 10), transações com não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais, sem impacto no resultado do período. Dessa forma, a Companhia registrou:

- a baixa integral da participação de não controladores no montante de R\$ 28.494;
- o reconhecimento do pagamento de um real; e
- o registro de um ajuste negativo no patrimônio líquido atribuível aos controladores no montante de R\$ 28.494, decorrente da diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação adquirida.

Após a transação, a Companhia passou a consolidar integralmente os resultados da controlada, não havendo saldo de participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

A movimentação está apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na rubrica “Transações com não controladores”.

21 Receita líquida, custos e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas COFF e CNA, bem como e pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas				
Afretamento de embarcações	35.838	25.500	65.068	95.654
Transporte de cargas	-	-	34.224	43.950
Receita Bruta	35.838	25.500	99.292	139.604
Deduções				
PIS e COFINS	(3.315)	(2.359)	(11.248)	(13.979)
ICMS	-	-	(3.936)	(3.920)
Outros	-	-	-	(4.207)
Receita líquida	32.523	23.141	84.108	117.498
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(41.456)	(42.192)
Afretamento	-	-	-	(3.991)
Depreciação	(13.862)	(14.254)	(28.512)	(20.552)
Locações	-	-	(1.034)	(1.125)
Materiais	-	-	(32.503)	(13.785)
Seguros	-	-	(2.163)	(3.113)
Serviços	-	-	(3.948)	(6.015)
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(1.849)
Outros	-	-	(1.908)	(5.892)
	(13.862)	(14.254)	(111.524)	(98.514)
Resultado bruto	18.661	8.887	(27.416)	18.984

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Receitas				
Afretamento de embarcações	18.018	10.290	27.647	48.035
Transporte de cargas	-	-	18.370	20.010
Receita Bruta	18.018	10.290	46.017	68.045
Deduções				
PIS e COFINS	(1.667)	(952)	(5.366)	(6.754)
ICMS	-	-	(1.998)	(2.089)
Outros	-	-	-	(342)
Receita líquida	16.351	9.338	38.653	58.860
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(20.229)	(21.403)
Afretamento	-	-	-	(2.075)
Depreciação	(5.059)	(7.126)	(15.891)	(10.448)
Locações	-	-	(551)	(483)
Materiais	-	-	(17.526)	(4.553)
Seguros	-	-	(930)	(1.438)
Serviços	-	-	(2.031)	(3.395)
Amortização de arrendamentos	-	-	-	-
Outros	-	-	(727)	(4.919)
	(5.059)	(7.126)	(57.885)	(48.714)
Resultado bruto	11.292	2.212	(19.232)	10.146

As demonstrações sobre natureza dos custos e despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	(1.590)	(2.901)	(53.152)	(55.910)
Afretamento	-	-	-	(3.991)
Depreciação	(13.862)	(14.280)	(28.532)	(20.670)
Locações	(139)	(180)	(449)	(558)
Materiais	-	-	(32.503)	(13.785)
Seguros	-	-	(2.163)	(3.113)
Serviços	(1.779)	(985)	(7.614)	(8.259)
Remissão de dívida	213	391	213	302
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(1.849)
Multa baixa contratual	-	-	-	7.500
Outros	(1.896)	211	(311)	(3.480)
	(19.053)	(17.744)	(124.511)	(103.813)
Custos dos serviços prestados	(13.862)	(14.254)	(111.524)	(98.514)
Despesas operacionais	(4.249)	(4.611)	(19.461)	(21.449)
Outras receitas operacionais	(942)	1.121	6.474	16.150
	(19.053)	(17.744)	(124.511)	(103.813)

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Pessoal	(561)	(1.416)	(25.724)	(28.478)
Afretamento	-	-	-	(2.075)
Depreciação	(5.059)	(7.139)	(15.895)	(10.507)
Locações	(61)	(98)	(212)	(284)
Materiais	-	-	(17.526)	(4.553)
Seguros	-	-	(930)	(1.438)
Serviços	(1.263)	(474)	(4.729)	(4.671)
Remissão de dívida	103	290	103	201
Multa baixa contratual	-	-	-	7.500
Outros	(1.560)	(204)	(1.962)	(207)
	(8.401)	(9.041)	(66.875)	(44.512)
Custos dos serviços prestados	(5.059)	(7.126)	(57.885)	(48.714)
Despesas operacionais	(2.296)	(2.257)	(10.120)	(11.687)
Outras receitas operacionais	(1.046)	342	1.130	15.889
	(8.401)	(9.041)	(66.875)	(44.512)

22 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração e encargos	(1.021)	(2.147)	(7.441)	(9.387)
Encargos previdenciários	(167)	(343)	(1.440)	(1.959)
Benefícios	(402)	(411)	(2.615)	(2.362)
Outros	-	-	(199)	(8)
	(1.590)	(2.901)	(11.695)	(13.716)

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Remuneração e encargos	(269)	(1.079)	(3.320)	(4.948)
Encargos previdenciários	(82)	(139)	(637)	(910)
Benefícios	(210)	(198)	(1.391)	(1.210)
Outros	-	-	(148)	(5)
	(561)	(1.416)	(5.496)	(7.073)

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Reversão (constituição) de provisões	(1.144)	646	(4.564)	(1.914)
Acordo judicial	(11)	58	(11)	58
Remissão de dívidas	213	391	213	391
Retenção Contratual (Multa Raízen)	-	-	-	7.500
Baixa de investimento e imobilizado	-	-	(1.299)	8.616
Tributos a recuperar	-	-	1.727	1.486
Ressarcimentos de seguros	-	-	9.855	-
Outros	-	26	553	13
	(942)	1.121	6.474	16.150

Em 30 de junho de 2026, a Columbus Offshore, controlada da MLog, recebeu o reembolso por lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso e Yvan Barretto. A seguradora Fairfax pagou R\$ 9.744. Ainda existe a previsão a serem pagos após a finalização do sinistro.

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Reversão (constituição) de provisões	(1.138)	(33)	(4.149)	(1.144)
Acordo judicial	(11)	58	(11)	58
Remissão de dívidas	103	290	103	290
Retenção Contratual (Multa Raízen)	-	-	-	7.500
Baixa de investimento e imobilizado	-	-	6	8.116
Tributos a recuperar	-	-	1.050	493
Ressarcimentos de seguros	-	-	4.236	-
Outros	-	27	(108)	76
	(1.046)	342	1.127	15.389

24 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Rendimentos sobre aplicações financeiras		-	547	818
Atualização de impostos a recuperar	9	4	169	193
Juros sobre empréstimo	976	606	55	244
Variação cambial		2.717	-	3.629
	985	3.327	771	4.884

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	240	58
Atualização de impostos a recuperar	5	2	68	360
Juros sobre empréstimo	516	316	(138)	128
Variação cambial	-	175	(100)	39
	521	493	70	585

25 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(16.221)	(14.274)	(20.385)	(16.060)
Juros na aquisição de investimento	(945)	(2.702)	(945)	(2.702)
Variação cambial	-	(2.823)	449	(2.711)
Juros AVP Arrendamentos	-	-	-	(138)
Encargos bancários	(106)	(134)	(514)	(1.146)
Multas e juros	(3.064)	(1.922)	(10.026)	(9.241)
Outros	-	(3)	(366)	(60)
	(20.336)	(21.858)	(31.787)	(32.058)

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(9.352)	(6.405)	(12.623)	(5.717)
Juros na aquisição de investimento	(444)	(1.412)	(444)	(1.412)
Juros AVP Arrendamentos	-	-	147	-
Variação cambial	-	(825)	-	(2.711)
Encargos bancários	(38)	(68)	(113)	(78)
Multas e juros	(894)	(908)	(3.661)	(4.604)
Outros	-	(3)	(300)	(41)
	(10.728)	(9.621)	(16.994)	(14.563)

26 Informações por segmento de negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais, consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A. e Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC) possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Columbus Offshore (apoio marítimo *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 100% (cem por cento) do capital, e CNA (navegação interior na região norte), a qual a Companhia detém 100% (cem por cento) do capital.

A Columbus Offshore opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com a embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras. Atualmente conta com uma frota de 4 (quatro) navios operando com a Petrobras, sendo a OSRV Asgaard Sophia e os navios do tipo AHTS Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto.

Todas as embarcações operadas pela Columbus Offshore são de propriedade de empresas do grupo, sendo as três embarcações do tipo AHTS ativos de propriedade da MLog e a embarcação do tipo OSRV de propriedade da CNA desde 21 de março de 2017.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando a totalidade de sua frota de balsas e empurradores em contratos com grandes clientes da região.

A unidade de negócios da navegação é também representada por meio da SCP, na qual a MLog é sócia ostensiva e a NSN é sócia participante, apresentada nas demonstrações contábeis da NSN como um investimento e com abertura da consolidação contábil considerando eliminações previstas.

Demonstração do resultado - Segmentos

em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	84.108	84.108
Custos dos serviços prestados	-	(111.524)	(111.524)
Resultado bruto	-	(27.416)	(27.416)
Despesas operacionais			
Com pessoal	(1.662)	(10.033)	(11.695)
Serviços prestados	(2.705)	(961)	(3.666)
Gerais e administrativas	(777)	(2.718)	(3.495)
Depreciação e amortização	(17)	(2)	(19)
Tributárias	(156)	(430)	(586)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	9.389	9.389
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(4.614)	11.088	6.474
	(9.931)	6.333	(3.598)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(9.931)	(21.083)	(31.014)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	452	319	771
Despesas financeiras	23.008	(54.795)	(31.787)
	23.460	(54.476)	(31.016)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	13.529	(75.559)	(62.030)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(1.752)	(1.752)
Diferidos	-	186	186
Lucro (prejuízo) do período	13.529	(77.125)	(63.596)

Demonstração do resultado - Segmentos
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	117.498	117.498
Custos dos serviços prestados	-	(98.514)	(98.514)
Resultado bruto	-	18.984	18.984
Despesas operacionais			
Com pessoal	(3.256)	(10.460)	(13.716)
Serviços prestados	(1.001)	(1.243)	(2.244)
Gerais e administrativas	(733)	(2.903)	(3.636)
Depreciação e amortização	(115)	(3)	(118)
Tributárias	(71)	(1.664)	(1.735)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	9.789	9.789
Outras receitas operacionais	(927)	17.077	16.150
	(6.103)	10.593	4.490
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(6.103)	29.577	23.474
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	610	4.274	4.884
Despesas financeiras	(4.422)	(27.636)	(32.058)
	(3.812)	(23.362)	(27.174)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.915)	6.215	(3.700)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(4.763)	(4.763)
Diferidos	-	107	107
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.915)	1.559	(8.356)

Ativos e passivos

Informações por segmento em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	41.045	41.045
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	3.547	-	-	3.547
Imobilizado	-	8.719	245.286	254.005
Intangível	-	784.382	65.768	850.150
Outros	3.368	135	87.870	91.373
	6.915	793.236	439.974	1.240.125
Passivos				
Fornecedores	531	202	40.293	41.026
Empréstimos e Financiamentos	-	-	227.262	227.262
Partes relacionadas	-	-	-	-
Provisões	-	7.637	25.212	32.849
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	46.107	46.107
AFRMM	-	-	212.402	212.402
Outros	31.943	8.317	106.543	146.803
	32.474	16.156	657.819	706.449

Ativos e passivos

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	36.418	36.418
Direitos na transação negocial	-	-	97	97
Partes relacionadas	3.125	-	-	3.125
Imobilizado	-	30.263	252.685	282.948
Intangível	3	782.801	65.768	848.572
Outros ativos	3.143	85	106.425	109.653
	6.271	813.149	461.393	1.280.813
Passivos				
Fornecedores	672	95	38.167	38.934
Empréstimos e financiamentos	-	-	223.748	223.748
Partes relacionadas	-	-	250	250
Provisões para contingências e operacionais	-	7.495	21.365	28.860
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	45.844	45.844
AFRMM	-	-	207.997	207.997
Outros passivos	27.702	8.747	101.459	137.908
	28.374	16.337	638.830	683.541

Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 estão relacionados abaixo (consolidado):

Ativos e passivos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.366	Custo amortizado	26.875	Custo amortizado
Aplicação vinculada	942	Custo amortizado	5.477	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	14.747	Custo amortizado	16.021	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	11.866	Custo amortizado	23.399	Custo amortizado
Partes relacionadas	3.547	Custo amortizado	3.125	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	5	Custo amortizado	97	Custo amortizado
Outros créditos	4.713	Custo amortizado	2.935	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	41.026	Custo amortizado	38.934	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	227.262	Custo amortizado	223.748	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	Custo amortizado	250	Custo amortizado
Acordos judiciais a pagar	5.348	Custo amortizado	6.933	Custo amortizado
Outras contas a pagar	17.595	Custo amortizado	17.068	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	46.107	Custo amortizado	45.844	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalente de caixa	(134)	(2.503)	(2.366)	(26.875)
Ativo	(134)	(2.503)	(2.366)	(26.875)
Empréstimos e financiamentos	145.469	146.927	227.262	223.748
Partes relacionadas	286.587	289.765	-	250
Obrigações na aquisição de investimentos	46.107	45.844	46.107	45.844
Passivo	478.163	482.536	273.369	269.842
Dívida líquida	478.029	480.033	271.003	242.967
Total do patrimônio líquido	562.170	618.144	533.676	597.272
Capital total	1.040.199	1.098.177	804.679	840.239
Índice de alavancagem financeira - %	85,03	77,66	50,78	40,68

Risco de Mercado e Gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e às taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

- **Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como prática somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que, em 30 de junho de 2026 representava 95% (noventa e cinco por cento) dos recebíveis e 90% (dez e por cento) da receita líquida de vendas (78% e 92% em 31 de dezembro de 2025, respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

- ***Caixa e equivalentes de caixa***

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.1, o saldo em 30 de junho de 2026 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, em sua maioria, a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseados nessa exposição de risco.

- ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 30 de junho de 2026, não existiam empréstimos e financiamentos atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. A Companhia atualmente não realiza operações de *hedge*, incluindo *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

A queda nas taxas de juros atreladas ao CDI poderá impactar positivamente os fluxos de pagamento da Companhia, em decorrência da diminuição das despesas financeiras relacionadas aos financiamentos contratados com terceiros. Por outro lado, embora em menor magnitude, a queda poderá impactar negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4.1) devido a redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

- ***Risco cambial***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Entretanto, atualmente não há empréstimos e financiamentos em outra moeda.

- ***Risco de liquidez***

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e, assim, gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, na qual a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

	Consolidado			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	167.037	54.975	5.250	227.262
Fornecedores	40.922	104	-	41.026
Obrigações na aquisição de investimentos	14.518	31.589	-	46.107
Outras contas a pagar	10.179	7.416	-	17.595
Acordos judiciais a pagar	1.964	3.384	-	5.348
	234.620	97.468	5.250	337.338

Para fins comparativos, a movimentação em 31 de dezembro de 2025 pode ser visualizada abaixo:

	Consolidado			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	92.267	107.037	24.444	223.748
Fornecedores	38.025	909	-	39.458
Partes relacionadas	-	250	-	250
Obrigações na aquisição de investimentos	12.473	6.015	27.356	45.844
Outras contas a pagar	9.261	7.807	-	17.068
Acordos judiciais a pagar	2.808	4.125	-	6.933
	154.834	126.143	51.800	333.301

Análise de sensibilidade - Taxa de juros:

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 30 de junho de 2026. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 24 de julho de 2026:

		Consolidado			
		30/06/2026	Projeção do efeito no PL em 31/12/2026	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Ativo					
Aplicações Financeiras - Equivalentes de caixa	CDI	61	4	5	6
Aplicação vinculada	CDI	942	65	81	96
Partes relacionadas	CDI	3.549	246	305	363
Total		4.552	315	391	465
Passivo					
Obrigação na aquisição de investimento	CDI	(46.107)	(3.194)	(3.961)	(4.718)
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(227.262)	(15.741)	(19.526)	(23.256)
Total		(273.369)	(18.935)	(23.487)	(27.974)
Exposição líquida		(268.817)	(18.620)	(23.096)	(27.509)
Indexador	CDI	14,25%	14,00%	17,50%	21,00%

27 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Atividades operacionais				
Fornecedores	-	-	3.659	-
Outras contas a pagar	-	-	348	-
	-	-	4.007	-
Atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado a prazo	-	-	-	-
Aquisição intangível a prazo	-	-	2.054	-
Aumento de capital em controlada a prazo	-	-	-	-
	-	-	2.054	-
Atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Partes relacionadas	(33.673)	-	-	-
	(33.673)	-	-	-
Total de transações não envolvendo caixa	(33.673)	-	6.061	-

As transações que não envolvem caixa são de partes relacionadas entre o Grupo para gestão de caixa.

28 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, a Companhia e suas subsidiárias Columbus Offshore e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 30 de junho de 2026 são:

Seguro de casco

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões;
- Columbus Offshore: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões; e
- MLog: Cobertura total de US\$ 38,01 milhões.

Riscos nomeados (infraestrutura e histórico geológico)

- MOPI: Cobertura total de R\$ 250 milhões.

Seguro de Proteção e Indenização (P&I)

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência; e
- Columbus Offshore: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I - US\$ 8,2 bilhões.

Os seguros de casco da Columbus Offshore e MLog serão renovados em 17 de junho de 2027 e da CNA em 25 de novembro de 2026. Já o seguro P&I é renovado em fevereiro para ambas as companhias. O seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) foi renovado em 4 de julho de 2025 com vigência até 4 de julho de 2026, da Controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000. E os riscos nomeados de Morro do Pilar será renovado em 28 de fevereiro de 2027.

29 Eventos subsequentes

Em 01 de julho de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 10.000 junto a instituição financeira Iorq (antiga Quatá). Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobras da embarcação Geonísio Barroso. O contrato prevê a obrigação de apresentação de relatório de manutenção da embarcação uma vez por semana..

Em 03 de agosto de 2026, a controlada CNA concluiu a venda das três balsas novas pelo montante de R\$ 10.800. O valor contábil líquido desses ativos era de R\$ 12.751, o que resultará em uma perda contábil de R\$ 1.951. Em função da operação de venda, em agosto de 2026, será feito o reconhecimento da receita de subvenção AFRMM no valor R\$ 12.751, equivalente ao valor de AFRMM previamente aprovado pelo BNDES.

Acordo para suspensão temporária de contratos de afretamento

As embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto encontram-se em manutenção corretiva e, em que pese os esforços empreendidos no reestabelecimento operacional das embarcações, motivos alheios à vontade da Companhia, incluindo os entraves relacionados às peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparos superiores aos estimados. Diante desse cenário, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência contratual da embarcação Geonísio Barroso pelo período de 365 dias e, em relação à embarcação Yvan Barretto, pelo período de 240 dias.

Todavia, ao término do período de suspensão acordado entre as partes, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão.

Cumprе ressaltar que ficou estabelecida a possibilidade de revisão do período de suspensão, permitindo o retorno das embarcações à operação em data anterior à inicialmente prevista.

A Companhia reafirma seu compromisso na retomada das embarcações à operação, bem como seu empenho na adoção das medidas necessárias à consecução desse objetivo. Os reparos seguem em curso, com avanços contínuos na implementação das atividades programadas.

É importante ressaltar que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, durante o período de suspensão dos contratos, estão disponíveis para operar com outros clientes. A Companhia envidará seus melhores esforços para colocá-las em serviço, tão logo que estiverem aptas a operar.

Essa suspensão temporária dos contratos implicará em postergação de receita estimada em aproximadamente R\$ 55.000 e R\$ 36.000, para as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, respectivamente.

Paulo Guilherme Autran Seidel
Diretor de Planejamento Estratégico,
Financeiro e Relações com Investidores

Camila Pinto Barbosa de Oliveira
Diretora Jurídica e Compliance

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ